

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
Departamento de Geografia

Guilherme D'Alessandro Gonçalves Maglione

Pasquale Petrone, as gerações e 1940 e 1950, e a herança da geografia brasileira:
Bases para um estudo da geografia marxista no Brasil

**Pasquale Petrone, the generations of the 1940s and 1950s, and the heritage of the
brazilian geography:**
Foundations for a study of marxist geography in Brazil

São Paulo
2025

GUILHERME D'ALESSANDRO GONÇALVES MAGLIONE

Pasquale Petrone, as gerações de 1940 e 1950 e a herança da geografia brasileira:
Bases para um estudo da geografia marxista no Brasil

Versão Original

Trabalho de Graduação Individual apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da
Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa
Neto

São Paulo

2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

MAGLIONE, Guilherme D'Alessandro Gonçalves. **Pasquale Petrone, as gerações de 1940 e 1950 e a herança da geografia brasileira: bases para um estudo da geografia marxista no Brasil.** Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em: / /

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Aos meus amigos, professores, familiares, companheiros e camaradas
E todos aqueles, vivos e mortos, que lutaram e lutam por uma universidade do povo, para o
povo

Aos meus avós,
Rosa, Nicola, Divina e Antônio Pedro
Me ensinaram, no exemplo, a dureza e a ternura que marca todo trabalhador brasileiro
E me permitiram viver as memórias mais doces que tenho comigo

“Quero agradecer a todos vocês, ao fato de terem pensado nesta reunião, principalmente ao fato de estarem dando importância a alguma coisa que na verdade não tem mais importância. De qualquer forma, foi muito bom.”

**Pasquale Petrone em entrevista à
GeoSUL**

RESUMO

MAGLIONE, Guilherme D'Alessandro Gonçalves. **Pasquale Petrone, as gerações de 1940 e 1950 e a herança da geografia brasileira: bases para um estudo da geografia marxista no Brasil.** Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Este trabalho busca contribuir para a compreensão do papel das gerações de geógrafos formadas em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950. Trata-se das gerações que, formadas no seio de uma geografia "tradicional" francesa, nos primeiros anos de curso de geografia da USP, enfrentaram a ditadura militar e primeiro abriram espaço para a entrada do marxismo na geografia brasileira; o que Moraes (1982) descreveu como "os setores mais progressistas da geografia francesa". Foram os intelectuais que viveram a passagem do capitalismo concorrencial brasileiro para seu capitalismo monopolista (Fernandes, 2000), defrontando-se com a profunda proletarização da carreira docente (Ferreira Jr e Bittar, 2006) e com a disputa ideológica nos currículos escolares (Schaffer, 2015). Dessa forma, buscamos observar as particularidades de uma geografia que, influenciada pelo marxismo, teve de ser gestada nos duros anos de repressão. Para tanto, nos debruçamos sobre a vida e obra do professor Pasquale Petrone, destacado intelectual, orientador e figura política na geografia brasileira (AGB, 1998). A partir de entrevistas e relatos, fizemos uma breve exposição biográfica do autor; em seguida, pelo levantamento e análise de diversas obras de sua autoria, com destaque à sua tese de livre-docência os Aldeamentos Paulistas, relatamos sua profunda relação com o marxismo de Caio Prado Júnior e sua específica leitura da formação social brasileira. Isso posto, buscamos influências da obra de Petrone em alunos e professores da época, revelando, mesmo em obras divergentes, uma mesma matriz teórica e política. Esta permanência de uma certa chave de leitura sobre a formação social brasileira, antes e depois do movimento de renovação da década de 1970, chamamos de *herança* da geografia brasileira. Buscamos demonstrar como o debate sobre formação social afetou e afeta as possibilidades políticas de cada cientista na história da geografia. Nossa conclusão é que estas gerações "transitórias" têm imenso potencial na elucidação de questões referentes às particularidades da longa relação entre geografia e marxismo em todas as suas escalas: epistemológica, histórica e política, com destaque aos professores de ensino básico na geografia. Não só isso, mas que elas destacam a centralidade da questão da formação nacional no debate geográfico, pondo à prova concepções que, normalizadas, atravessam e influenciam diferentes obras, muitas vezes fugindo ao debate teórico, mas o marcando com densidade excepcional.

Palavras-chave: Geografia Crítica. Marxismo. Ditadura Militar. Caio Prado Júnior. Pasquale Petrone.

ABSTRACT

MAGLIONE, Guilherme D'Alessandro Gonçalves. **Pasquale Petrone, the generations of the 1940s and 1950s, and the heritage of the brazilian geography: Foundations for a study of marxist geography in Brazil.** Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

This study aims to contribute to understanding the role of the generations of geographers trained in São Paulo during the 1940s and 1950s. These cohorts were educated within the framework of the “traditional” french geography that shaped the early years of the Geography program at the University of São Paulo (USP). They confronted Brazil’s military dictatorship and were among the first to introduce Marxism into Brazilian geography, what Moraes (1982) described as “the most progressive sectors of French geography”. These intellectuals experienced Brazil’s transition from competitive to monopolistic capitalism (Fernandes, 2000), facing both the deep proletarianization of the teaching profession (Ferreira Jr. & Bittar, 2006) and the ideological struggles embedded in school curricula (Schaffer, 2015). This study therefore examines a geography that, under marxist influence, was forged amid the years of political repression. Our analysis focuses on the life and work of professor Pasquale Petrone, a prominent scholar, advisor, and political figure in brazilian geography (AGB, 1998). Based on interviews and testimonies, we provide a brief biographical overview of Petrone. We then analyze a selection of his work, particularly his thesis *Os Aldeamentos Paulistas*, to explore his engagement with Caio Prado Júnior’s marxism and his distinctive interpretation of Brazil’s social formation. We further trace the influence of Petrone’s thought on his students and contemporaries, revealing a shared theoretical and political matrix across otherwise divergent works. This continuity in the interpretation of Brazil’s social formation, before and after the renewal movement of the 1970s, is what we term the *heritage of Brazilian geography*. We argue that these “transitional” generations hold significant potential for illuminating the long-standing relationship between geography and marxism across epistemological, historical, and political scales; with particular emphasis on geography teachers in basic education. Moreover, they underscore the centrality of the national formation question within geographic debate, challenging normalized conceptions that, though often implicit, continue to shape the field in profound ways.

Keywords: Critical Geography. Marxism. Military Dictatorship. Caio Prado Júnior. Pasquale Petrone.

Sumário

1. Introdução.....	10
2. Questões metodológicas.....	14
3. Breve exposição biográfica de Pasquale Petrone.....	21
4. As <i>afinidades eletivas</i> e a <i>herança pradiana</i> nos Aldeamentos Paulistas.....	27
5. A questão da formação social.....	33
6. Ecos dos Aldeamentos e a <i>herança</i>.....	41
7. Milton Santos, Lacoste e a <i>herança</i>.....	51
8. Os professores de ensino básico e a ditadura militar.....	56
9. Conclusão.....	66
10. Bibliografia.....	60

Introdução

O presente trabalho surge de algumas observações acerca da bibliografia sobre as gerações de geógrafos formados no Brasil entre as décadas de 1940 e 1950 e, particularmente, a figura do professor Pasquale Petrone.

A primeira questão que ressalto acerca dessas observações diz respeito à falta de estudos sistemáticos sobre as obras e biografias desses autores. Nelson de la Corte, Léa Goldenstein, Dirceu Lino, Fanny Davidovich, Antonio Rocha Penteado, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro... todos esses são nomes cujas histórias ainda estão para ser contadas. O que, a princípio, não é um problema, dado que é natural que alguns autores sejam menos estudados do que outros, sobretudo aqueles que não construíram profundas contribuições teóricas e metodológicas acerca de uma ciência em questão. No caso de não haver nenhum impedimento profundo ou estrutural em relação ao estudo desses autores, não há o que temer; cedo ou tarde, a história da ciência conseguirá alcançá-los e contar suas histórias.

O estalo que tive aconteceu quando, percebendo essa questão, mergulhei com maior profundidade na vida e na obra do professor Petrone. Ora ele aparecia como um geógrafo que nada tem a ver com o marxismo (Voigt, 2023), ora aparecia como um “socialista democrático” (De la Corte, 1998), herdeiro do pensamento de Caio Prado Júnior (Verdi, 2016). Ora ele aparecia como um professor conservador que recuou diante da “novidade quantitativa” em plena ditadura (Mamigonian, 2008), ora aparece como uma personagem sem a qual a democratização do Departamento de Geografia da USP seria impossível (De la Corte, 1998). Uma contradição ambulante.

A solução encontrada está, particularmente, no trabalho de Verdi (2020) e Carlos (2016). Petrone, formado no seio da geografia francesa da USP, longevo o suficiente para formar grandes geógrafos que comandaram a “renovação crítica” (Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Amélia Damiani, em destaque), faria parte de uma “geografia ativa” brasileira. Uma figura transitória entre uma geografia qualitativa e historicista e outra propriamente marxista. O que explicaria as duras contradições em sua representação.

Petrone de fato poderia ser explicado por essas “dores do parto” de uma geografia profundamente marxista, que ele inclusive nunca deixou de criticar (Petrone, 1982, 1998). Mas ainda assim segui com alguns incômodos quanto a essa solução.

O maior deles residia justamente nessa *longevidade* da sua trajetória: uma ponte entre a geografia “tradicional” e “crítica”. Uma figura representativa daquela ala que Moraes (1982) descreveu como os “mais progressistas da geografia francesa”, que se transmutaram

na “frente ética” da geografia crítica. Afinal: sendo justamente essa *ponte*, esse *elo*, não teria Petrone influenciado ele próprio na natureza do movimento de “ruptura crítica”?

No caso de uma resposta positiva (para onde a bibliografia nos indicava), fui levado a pensar: qual marca um geógrafo tão “tradicional” pode ter deixado para dentro da geografia “renovada”? Parecia que estávamos diante de uma possibilidade de buscar, dentro do movimento de renovação crítica, não a ruptura, mas as *continuidades* da geografia francesa para dentro da nova geografia.

E qual a serventia dessa busca pelas “continuidades”?

Pouco antes do início das pesquisas que resultam neste texto, os geógrafos de todo o Brasil receberam com espanto a proposta de reforma das Diretrizes Curriculares Nacional, em 2020, que impunha sem qualquer diálogo democrático a criação de cursos tecnólogos em geografia que dividiriam espaço com os já separados bacharelado e licenciaturas. Pouco análises dado que já foram feitas várias, sobretudo pela AGB¹. Teço apenas alguns comentários.

Na época, lembro que fui alertado pelo professor Manoel Fernandes de Sousa Neto que lembrasse que quem escreveu esta proposta foi um também geógrafo, com a mesma formação que a nossa, talvez confuso ou mesmo convicto da reforma. Não necessariamente convicto do cavalo de troia, que vende disfarçado de “formação profissional” uma ofensiva dos monopólios, do latifúndio e até de setores do imperialismo para dentro dos currículos e dos departamentos de geografia. Mas convicto de que a geografia brasileira tem algo a ganhar com a penetração das empresas em seus currículos e com a divisão de seus cursos em licenciaturas, bacharéis e tecnólogos, apartando formação teórica, técnica e docente.

Trata-se de uma “reforma” que vem na esteira do que Leher (2021) chamou de refuncionalização da universidade pública: uma submissão completa da produção intelectual da universidade às empresas, que cada vez mais extinguem seus departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento e passam a depender da apropriação integral de laboratórios, professores, departamentos e currículos.

No alinhamento pleno às propostas do FMI e do Banco Mundial (Oliveira, 2023), herdando a formação dada à burocracia uspiana pela parceria USP-BID na década de 1980

¹ A Associação de Geógrafos Brasileiros realizou, entre 2020 e 2023 uma série de encontros, debates e uma audiência pública sobre o tema, que resultaram no texto **Circular – Sobre as DCNs de Geografia e o Novo Ensino Médio** (AGB, 2023). A proposta foi defendida pela Associação Nacional de Universidades Particulares, dirigida pela empresária Elizabeth Guedes. A Associação manteve a firme posição de barrar a reforma, vinculando-a ao Novo Ensino Médio e ao “processo de ataque do capital, com seus principais agentes, sobre a educação pública, tendo como protagonista o movimento Todos Pela Educação”. A proposta, em 2025, não encontrou consenso com a comunidade geográfica, representada pela AGB, e está parada.

(IEA, 2013), essas propostas chegam escondidas sob a fumaça da “inovação” e do “empreendedorismo”. E, nesse caso, conseguiram conquistar mentes e corações interessados em integrar a formação acadêmica em geografia aos monopólios, seja da educação, mineração ou geomarketing.

O alerta do professor veio no sentido de reconhecermos que, mesmo a geografia vinda do “movimento de renovação” tendo se consolidado tão decisivamente nos currículos brasileiros, as lacunas desta ainda são significativas a ponto de quadros vinculados programaticamente às elites não só aparecerem, mas terem espaço para propor e executar suas políticas.

E perceba que aqui não renegamos a herança vinda dos fatídicos momentos das décadas de 70 e 80; mas que simplesmente propomos colocá-la numa ótica que revele suas inconsistências, seus elementos ecléticos, pós-modernos (Conceição, 2021) e irracionalistas de toda sorte. O que, do ponto de vista da história da geografia, demandou olharmos justamente para aquele período de renovação, numa ótica que não abandonasse as “fontes primárias” (Scarim, 2000; Verdi, 2016), mas buscasse compreendê-las a partir da história da luta de classes no Brasil.

Mais especificamente, buscar uma visão que entendesse quais relações a geografia brasileira estabeleceu com as diferentes classes sociais no país — uma história da geografia *com classe(s)*, como brinca Sousa Neto (2021).

Como nos ensinou Lênin (1977): não estão todas as nossas análises balizadas pela posição que assumimos no interior da luta de classes, frente às necessidades de todo o povo? Se sabemos onde queremos chegar e, portanto, retiramos das experiências passadas as melhores avaliações práticas, reconhecendo onde há buracos a corrigir e sobretudo em cima de qual herança nos apoiamos?

A partir disso, seria possível ver por onde as diferentes propostas teóricas e políticas da burguesia brasileira poderiam se esgueirar, nas frestas de uma geografia tão solidamente crítica.

Nesse caso, as ditas *continuidades* parecem ser decisivas. Por quê? Porque nos revelam elementos profundamente arraigados na geografia brasileira, que muitas vezes podem passar incólumes numa análise da história das técnicas e metodologias de pesquisa, de tão naturalizadas que são.

Mais do que isso, as *continuidades* na história da geografia revelam a profunda e antiga relação entre a geografia e o marxismo no Brasil, atravessada especialmente pela figura de Caio Prado Júnior, famoso comunista fundador da Associação de Geógrafos

Brasileiros - AGB. Uma relação a partir da qual muitas concepções teóricas, filosóficas, metodológicas, podem se desenvolver, inclusive contradizendo-se entre si, mas compartilhando uma mesma base fundamental.

Neste lugar, os estudos sobre as gerações de 1940 e 1950 são decisivos, porque estes constituem aquele grupo de geógrafos que dirigiram entidades importantíssimas em plena ditadura militar e, sobretudo, nos mais críticos momentos da “renovação” da disciplina. Petrone assume destacada importância no estudo, na medida em que foi um dos que mais vinculou-se ao pensamento de Caio Prado, e será também um grande orientador durante todo esse período, concentrando à sua volta alunos de esquerda, progressistas, interessados em fazer uma geografia “humanista”, “crítica” e “qualitativa”.

Não são, com poucas exceções, grandes teóricos da geografia ou da “guerrilha epistemológica” (Sousa Neto, 2007), tão destacada na relação entre geografia e marxismo no país. Mas são figuras importantíssimas na história da geografia, que deixaram sua marca na gênese de uma geografia ao mesmo tempo tão renovada e tão marcada pela dura repressão (Verdi, 2016).

O que nos parecia é que a situação dessas gerações, e especificamente de Petrone, revelava um problema muito mais pertinente à historiografia da geografia brasileira do que propriamente a eles. De que, talvez, a história da geografia que se pratica no Brasil não fosse ainda capaz de estudar esse tipo de quadro — não os grandes “arautos” da geografia (Sousa Neto, 2021), mas os quadros “intermediários”, “políticos”, etc. E que o estudo desses grupos poderia contribuir na direção de uma história da geografia que superasse esses problemas.

Feitas essas considerações, pudemos elaborar as perguntas mais pertinentes para essa pesquisa. Afinal: como estudar as gerações de 1940 e 1950 da geografia paulista? quais caminhos uma pesquisa sobre estas figuras podem abrir para pensar a geografia e sua história? no limite, ainda faz sentido estudar esses grupos de geógrafos?

Para resolver esses problemas, dedicamos a maior parte da análise sobre a obra de Petrone. Entendemos que, por ser uma das figuras “intermediárias” mais destacadas, um “elo” entre o novo e o velho na geografia, marcado pelo pensamento marxista de Caio Prado Júnior (Verdi, 2016) e por dezenas de orientações de trabalhos, ele poderia demonstrar com muita clareza a questão das *continuidades*. E, mais especificamente, seu caráter marxista.

Destacamos o marxismo não por escolha pessoal, mas por entender que é uma das matrizes mais importantes da geografia que se produz na década de 1970. E que, a partir dos novos currículos e dos geógrafos marxistas, é que se balizaram as ações de tantos outros

grupos, mais ou menos convencidos da “ruptura crítica”, e muitas vezes contrários parcial ou totalmente ao movimento que se desenhava.

O levantamento da trajetória de Petrone se constituiu em buscar textos que falassem sobre o autor. Também nos baseamos em três entrevistas que ele próprio deu em vida. E também realizamos algumas entrevistas com ex-alunos próximos — André Roberto Martins e Amália Inês Geraiges Lemos, em arquivo pessoal.

Mas esse estudo não era fundamentalmente biográfico, mas antes *teórico*, guiado pela questão das continuidades. Por isso, esse levantamento biográfico não explorou todos os elementos que a trajetória de Petrone apontou. Ele foi especificamente balizado pela leitura de quarenta de seus trabalhos (artigos, teses, relatórios de campo), visando a compreensão das propostas teóricas embutidas em sua maior obra: os *Aldeamentos Paulistas*.

Misturando sua trajetória pessoal e intelectual, referindo-nos particularmente à sua relação com Caio Prado Júnior, a ideia de *continuidades* deu lugar à de *herança* da geografia brasileira: uma concepção profunda que se desenvolveu em diferentes autores, tendo como Petrone um grande representante, calcada na noção de *sentido da colonização* da obra pradiana e nos debates que este autor realizava dentro do marxismo brasileiro.

Realizada esta etapa, reunimos os resultados da análise e os levamos a um período histórico posterior: era possível reconhecer a *herança* em outros autores? Traçamos a partir disso uma linha que vai de Petrone a alguns outros intelectuais², carregando consigo elementos similares, sobretudo no que diz respeito à análise da *formação social brasileira*.

Por fim, elaboramos um programa de pesquisa, guiados pelas conclusões obtidas no estudo. Esse programa serve para responder às perguntas motivadoras expostas anteriormente, traçando caminhos possíveis abertos pelo estudo das *gerações de 1940, 1950*, de Pasquale Petrone, da *herança pradiana* e do debate sobre a formação social brasileira.

Questões Metodológicas

Duas questões aparecem como essenciais para a exposição do ponto de vista metodológico. A primeira delas diz respeito a duas palavras usadas acima: *continuidades* e *herança*. A diferença entre esses dois termos e a centralidade do último precisam ser esclarecidas. A segunda questão diz respeito ao debate da *formação social brasileira*, que

² Neste texto: Armando Correia da Silva, Antonio Carlos Robert de Moraes, Amélia Damiani, Ruy Moreira e Gustavo Prieto, em destaque.

aparece ao final do último capítulo. Pretendemos construir a resposta para esses dois apontamentos simultaneamente.

A história da geografia surgida na esteira do movimento de renovação, na década de 1970, levantou indagações importantes. Como superar uma história da geografia fundamentalmente memorialista e ensaística, típica da chamada “geografia tradicional” (Lira, 2018)? Uma geografia que, ao criar “arautos” da ciência geográfica, acabava por reduzir a geografia brasileira a uma cópia daquela trazida da Europa, e inviabilizar pertinentes pesquisas referentes à formação dessa ciência no Brasil, sobretudo no século XIX (Sousa Neto, 2000)?

De acordo com Lira (2018), já na década de 1970 e 1980 se encontraram algumas respostas, o que não ocorreu sem algumas graves “simplificações” do processo histórico. Para Sousa Neto (2007), no caso específico da *Pequena História Crítica* (Moraes, 2005a), acabou-se por criar uma história da geografia “linear e evolutiva”, recheada de caricaturas sobre clássicos autores, que via um final feliz, em que pelo desenvolvimento formal da ciência “chegaríamos inevitavelmente ao socialismo no último capítulo”.

A solução para essas “simplificações” foi buscada pelas gerações posteriores, sobretudo os geógrafos formados entre 1990 e 2000. O resultado foi um grande corpo documental, pautado especialmente em fontes básicas. Para Sousa Neto (2021), criou-se uma situação em que “Hoje, muitos dentre nós sabem manejar os arquivos como não sabíamos há cerca de uma década. Em muitos casos, já se constituem repositórios muito consistentes de investigação, e estamos, coletivamente, organizando e seriando essa documentação.”.

Desses estudos, não se produziu nenhuma pesquisa sistemática em relação a Pasquale Petrone, muito menos sobre sua geração. No máximo, alguns excertos. No caso específico de Petrone, destacamos as obras de AGB (1998), Lemos (2012) e Verdi (2016), além de pequenos outros trechos de estudos que tangencialmente versam sobre o papel deste autor na história da geografia, como Di Mauro (2012) e Silva (apud Scarim, 2000). Nessa pesquisa, esses textos foram compilados e lidos para compreendermos melhor as diferentes (e contraditórias) formas de representar a trajetória de Petrone.

Para Sousa Neto (2021), hoje, a geografia brasileira não vive propriamente um problema de falta de documentos. Verificamos isso no que tange os autores que aqui citamos: mesmo na carência de estudos aprofundados, é possível encontrar informações em artigos sobre cada um daqueles autores. Muitas vezes são informações parciais, incompletas, pouco desenvolvidas ou analisadas — mas é fato que estão disponíveis. Na profundidade da questão, o problema é outro: a forma como lemos esses documentos.

O argumento que o professor Sousa Neto monta é, na verdade, uma crítica direcionada à *abordagem contextual* de Vincent Berdoulay (2003). Essa crítica segue na medida em o reconhecimento de influências, redes de afinidades, “contextos” de cada autor não anula a possibilidade de lermos os documentos recolhidos numa “lógica de culto ao eurocentrismo” (*ibid*), na qual a ciência geográfica brasileira aparece somente a partir da “intervenção emancipadora” de uma potência europeia.

Mais ainda, não anula o risco de cairmos em um “historicismo positivista de refinada aparência”, no qual “os documentos passaram a falar por nós e, em algumas situações, passaram não só a adquirir um valor de culto no sentido proposto por Walter Benjamin (1987), como a nos conduzir de mãos atadas a uma ventriloquia empirista” (*ibid*).

Para o professor, o grande desafio é conseguirmos contar uma história da geografia guiada por “elementos que não estivessem presos apenas a sua institucionalização, profissionalização ou discurso” (*ibid*). Dito de outro modo, a escolha dos elementos pelos quais contamos a história da geografia não pode ser arbitrária. Institucionalização, profissionalização, discurso, epistemologias, “paradigmas”... qualquer face escolhida só faz sentido em relação a uma específica chave de leitura, que diz respeito a como enxergamos a realidade (social, econômica, cultural, política) em que cada sujeito está imerso. Cada passo da história que se conta está imiscuído de uma específica concepção de Brasil, de sua história política e econômica, que parte de quem pesquisa e escreve.

O conceito de *afinidades eletivas* aparece nesse lugar em que, por exemplo, ao contar a história de um geógrafo em plena ditadura militar, acabamos por assumir uma determinada leitura sobre o sentido histórico da Ditadura no interior da sociedade de classes. E, mais profundamente, é esse contexto social que o influencia e dá sentido à sua ação. Hobsbawm (2002) é quem melhor esclarece essa posição: é esse contexto social e político que direciona e “molda” a experiência de cada indivíduo. Cada indivíduo, afirma Mills (1982), mesmo que pouquíssimo, ao viver, acaba influenciando no mundo em que vive. O desafio é encontrar os nexos entre os processos sociais em questão e o papel do específico indivíduo estudado no seu direcionamento. Isto é, qual a profundidade e alcance que ação deste indivíduo tem no devir da história.

Neste caso ilustrado, a ditadura militar vira, simultaneamente, método e objeto de pesquisa. Método, porque a visão que admitimos sobre ela define o quadro que norteia a ação de cada sujeito. Objeto, porque, ao analisar a história do indivíduo ou grupo em questão, pomos à prova a funcionalidade do arcabouço teórico com o qual trabalhamos.

Nesse momento, chegamos à problemática da formação social.

Ao analisarmos a história da geografia no Brasil, sobretudo nas suas longas durações, nos confrontamos com problemas que dizem respeito à natureza das classes sociais no Brasil e seus embates: como foi organizado o ensino superior no país? Quais eram os conflitos referentes à política para o desenvolvimento de pesquisas, ciência e tecnologia dentro das universidades? Quais eram os conflitos geopolíticos pelos quais cada grupo se guiou, dos estudantes e militantes aos professores vinculados à Escola Superior de Guerra? quais os interesses, da burguesia brasileira, na reorganização do ensino superior e básico e mesmo da geografia brasileira?

Neste lugar, torna-se impossível falar de história da geografia sem ter em mente, permanentemente, a relação entre as classes sociais no Brasil. Relações não só conjunturais, mas históricas, estratégicas e profundas. E, mais especificamente, sobre o caráter dependente da burguesia brasileira.

Neste sentido, a visão que assumimos sobre a formação social brasileira influencia diretamente nos resultados que teremos na nossa análise. Trabalhos com metodologias de pesquisa profundamente diferentes podem chegar a resultados similares se embasados nas mesmas concepções ontológicas e filosóficas sobre a realidade nacional.

Mais do que isso, a visão sobre a realidade nacional que cada personagem estudado possuía define como cada indivíduo ou grupo agiu dentro de várias conjunturas políticas, quais alianças procurou e logrou fazer, quais políticas propôs dentro e fora das universidades, como ele se inseriu na luta política do país, etc. Prestes (1982), ao mergulhar na história dos comunistas brasileiros, e particularmente do PCB, relata como a concepção sobre formação social (e, por consequência, a proposta estratégica do partido) influenciou diretamente na capacidade do Partido em capilarizar-se, crescer e executar suas políticas.

Leituras equivocadas sobre a realidade nacional resultaram em duras derrotas para o movimento proletário e popular. Mais do que isso, grupos que buscaram romper com o partido, assumindo novas táticas de luta (por exemplo: a guerrilha), mas mantendo a mesma estratégia, sofreram igualmente derrotas duríssimas. Na verdade, o próprio PCB variou inúmeras vezes de tática, mantendo seus erros estratégicos e sobre a *formação social* brasileira.

O debate sobre formação nacional revela uma outra face de si: quando falamos de formação social, falamos, antes de tudo, de uma específica relação com o marxismo. Da forma como o grupo estudado se insere e interfere na luta de classes do país.

Gustavo Prieto (2018) dedicou várias páginas ao tema da formação social. Seu destaque vai especialmente para as gerações de intelectuais formados entre 1945 e 1964 no

Brasil. Um período que, pelo “processo de constituição das instituições democráticas de organismos para financiar a política desenvolvimentista do estado brasileiro”, acabou por produzir uma “obsessão pela formação nacional” (Arantes apud Prieto, 2018). Neste lugar, Caio Prado Júnior aparece lado a lado com Celso Furtado, ambos com suas “tendências modernizadoras”. Florestan Fernandes aparece por sua sociologia da realidade negra. Seus alunos (FHC, Carvalho Silva, Ianni) são descritos como autores que “beberam na fonte da modernização em curso” e “elegeram como problema fundamental a formação da sociedade moderna nacional”. Nelson Werneck Sodré, Paula Beiguelman, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro aparecem próximos uns aos outros.

Dum ponto de vista rigorosamente paradigmático, faz sentido dividir assim os autores em questão: ora por geração, ora por tema, ora por posição frente à “modernização” do país. Mas, do ponto de vista das *afinidades eletivas*, essa divisão pode ser questionada. Por quê? Porque a proposição teórica de cada autor só se pode explicar realmente a partir de seu lugar na história política do país.

Primeiro porque, dentro do Partido Comunista do Brasil, à época um partido de massas, dirigente de diversas lutas pelo país, representava em suas análises um Brasil semi-feudal, com uma “burguesia industrial nacionalista” contrária ao “imperialismo e ao latifúndio”, cabendo ao povo realizar uma revolução “em duas etapas”: primeiro burguesa e depois socialista (Prestes, 1982). É desse lugar que vem a posição de Nelson Werneck Sodré e Orlando Valverde, por exemplo. E é o que acaba os diferenciando de autores que trabalharam com propostas “patriarcalistas” ou símiles: por exemplo, Gilberto Freyre, que flertou com os militares, ao passo que os outros dois seguiram vinculados ao PCB.

Caio Prado Júnior e Celso Furtado, de fato, aproximaram-se nas “tendências modernizadoras”, mas se afastaram em todo o resto; a análise de Caio Prado Júnior só fazia sentido considerando que eram críticas ao PCB, onde militava, torcendo por uma virada estratégica do Partido, mediada pelo debate da formação social, que passasse a compreender um Brasil não feudal, mas puramente capitalista.

Florestan Fernandes, por isso, mesmo discordando abertamente da “colônia como empresa capitalista” de Caio Prado (Fernandes, 1980), construiu suas críticas com máximo respeito e com muitos elogios. Porque, mesmo considerando equivocada a conclusão de Caio Prado, via nela um expressivo esforço de originalidade na compreensão do marxismo, num momento dominado por posturas dogmáticas e positivistas do comunismo brasileiro (Prestes, 1982).

Sua obra, ainda, não pode ser reduzida à sociologia negra. Como escreve Barbosa (1994), a *Revolução Burguesa no Brasil* é, sobretudo, um ensaio escrito num momento em que não era mais possível ao movimento popular avançar com uma concepção tão atrasada sobre a sociedade brasileira. Todo o texto é mediado por um balanço significativo das derrotas do movimento comunista brasileiro no século XX. O que o diferencia decisivamente, por exemplo, de seu aluno FHC.

Discorremos sobre esses autores para embasar, com alguma clareza, este ponto: a questão da formação social é decisiva. Decisiva na medida em que não representa só um “paradigma”, um “frenesi” monotemático na história das humanidades no Brasil, mas uma *concepção* de realidade sob a qual inúmeros estudos e metodologias podem florescer ou esflorar. Representa a concepção e a relação que cada autor estabelece com o marxismo e seus desdobramentos práticos.

Aqui, nos aproximamos de uma questão desenhada por Pedrosa (2015). Ora, a geografia brasileira teve seu grande momento de renovação na década de 1970, aproximando-se explicitamente do marxismo a partir de uma “guerrilha epistemológica” (Sousa Neto, 2007; Pereira, 2008). Uma encarniçada luta para dar sentido filosófico aos currículos “engravidados pela crítica” na geografia brasileira (Sousa Neto, 2007). Mas a relação da ciência geográfica no Brasil com o marxismo é muito mais antiga: data das décadas de 1940 e 1950, com Caio Prado Júnior e os comunistas franceses que visitaram o Brasil, como Jean Tricart e Jean Dresch (Pedrosa, 2015). Pedrosa faz este apontamento para romper com essa mesma visão “evolucionista” da geografia brasileira, que, em busca de “paradigmas”, ignora que diferentes visões hoje vivem, na geografia brasileira, conjuntamente, numa “paz eclética”.

A pergunta que surge realmente não é mais se existia ou não marxismo antes do movimento de renovação. Mas especialmente qual a *natureza* desse marxismo. Não podemos deixar de notar, aqui, que Caio Prado Júnior possuía um papel muito particular no marxismo brasileiro durante a década de 1940: militante do Partido Comunista, contradizia o que seu Partido falava, propondo uma leitura de um Brasil não feudal, mas puramente capitalista, cuja problemática centrava-se no “sentido da colonização”, descrente de que existisse qualquer “burguesia industrial brasileira” de caráter nacionalista (Secco, 2020).

Não podemos deixar de notar, ainda, a relação decisiva que a obra de Petrone possui com a obra de Caio Prado (Verdi, 2016) e, em grande medida, também com a de Pierre Monbeig, seu orientador. Como pretendemos demonstrar, a ideia pradiana de um Brasil *periférico*, marcado pelo *sentido da colonização* estará também em diversos alunos e pessoas

próximas à Petrone, com grande influência deste. Aqui podemos começar a ver estes princípios da relação histórica entre geografia e marxismo; e que, desde seu início até hoje, apresentam uma expressiva relação, onde a obra de Caio Prado Júnior pôde fazer raízes e florescer (Machado, Costa; Santos, 2024).

Aqui, podemos recuperar a noção de *continuidades*. Elas, mais concretamente, se apresentam como um vínculo entre a geografia da década de 1930, no Brasil, e o marxismo de Caio Prado Júnior. Na série de estudos realizados sobre a formação regional do Brasil à época, como pretendemos demonstrar, observa-se uma significativa participação do *sentido da colonização* e de seus desdobramentos. Junto a Petrone, elas são apropriadas para elaborar os *Aldeamentos Paulistas*, delimitando, na obra de Petrone, os elementos considerados mais importantes para pensar a formação do país e reconstituir, teórica e documentalmente, seus episódios mais decisivos.

Não só isso, mas entendemos também que é a partir dessa específica relação com o marxismo, marcada pelo interesse em estudar o país, pelo viés historicista e qualitativo, contrário às “tendências quantitativas” (Mamigonian, 2008) que surgiam no departamento, que muitos estudos importantes para o movimento de renovação poderão ocorrer.

As continuidades, imiscuídas aqui de concretude, passam a ser chamadas por nós de **herança**: não uma série de continuidades pulverizadas, mas uma herança filosófica e política, que demarca profundamente a relação história que a geografia estabeleceu com o marxismo e a realidade nacional. Uma herança que mobilizou estudantes e geógrafos na realização de seus trabalhos.

Podemos então retornar às perguntas que realizamos na introdução: como estudar as gerações de 1940 e 1950 da geografia paulista? quais caminhos uma pesquisa sobre estas figuras podem abrir para pensar a geografia e sua história? Começamos aqui a desenhar um caminho.

Para estudá-los, é necessário repensar o lugar dessas gerações de 1940 e 1950 e, particularmente, de Pasquale Petrone. Do ponto de vista de uma *longa perspectiva*, não é possível limitar-se a dizer que estes intelectuais são apenas “transitórios”, que saíram de cena à medida que avançava uma geografia explicitamente marxista. É necessário observar como essas figuras permaneceram e seguiram construindo a geografia brasileira; como elas próprias instigaram e se posicionaram na “renovação crítica”, incluindo aqueles que tão explicitamente se contrapuseram a ela; exemplo mais caricato o do professor Antonio Rocha Penteado, vinculado à Escola Superior de Guerra (Pedrosa, 2015).

Toda continuidade possui, no limite, suas descontinuidades. A *herança*, para nós, é a síntese do processo de renovação, do que ficou da “antiga” geografia e do que surge como novidade; dos seus quadros mais convencidos dos mais contrários, passando pelos indiferentes e só parcialmente vinculados a este ou àquele lado. Trata-se de pensar uma história de extensa duração, na qual a “ruptura” é não uma negação absoluta, mas uma superação.

Antes de encerrar esta seção, cabe ainda um comentário a respeito da posição de Petrone e seus contemporâneos no debate sobre o marxismo na geografia.

Entendemos que sua figura foi chave para carregar consigo essa herança pradiana e, no limite, formar dezenas de destacados autores, centrais para o movimento de renovação. Petrone orientou mais de quarenta trabalhos em plena ditadura militar (Verdi, 2016), em sua maioria vinculados à seu projeto de geografia histórica e regional sobre São Paulo e sua herança indígena colonial (Blaj, 1998; Lemos, 2012).

Isto não significa que este caminho foi o único que o marxismo traçou para incluir-se na geografia brasileira. A princípio, não encontramos documentos que revelassem participação ativa de Petrone na organização de eventos estudantis, como o da UPEGE, onde organizaram-se as massas de estudantes de geografia nos anos anteriores à renovação (Pereira, 2008; Scarim, 2008). Mais ainda, as leituras da UPEGE à época diziam muito mais respeito às obras de Lacoste e Pierre George do que Caio Prado Júnior e Petrone (*ibid*).

Se é verdade que foi a partir de Petrone que a obra de Pierre George alcançou dezenas de alunos na Universidade de São Paulo (Verdi, 2016), consideramos essa documentação ainda insuficiente para afirmar que este teve um papel de decisiva influência na organização dessas entidades-chave para a mobilização estudantil no período. Para tanto, ainda carecem de estudos sobre quem esteve nos congressos e demais eventos dessas entidades, como se locomoveram, quais debates foram realizados lá, etc. O texto, ao não propor um denso estudo documental sobre esses episódios, deixa essas questões em aberto, e indica o caminho para novas pesquisas no futuro.

Breve exposição biográfica de Pasquale Petrone

Como disse, foi escolhida a figura de Petrone não ao acaso, mas por sua posição frente à sua geração. Não foi o mais destacado teórico e pouco escreveu sobre epistemologia e métodos. Não raro demonstrou desconfiança em relação ao movimento de renovação e mesmo ao marxismo. Mesmo assim, assumiu uma posição decisiva na preservação dos

quadros de esquerda no Departamento de Geografia da USP, num delicado momento de repressão e perseguição acadêmica e política. Enquanto muitos estudantes eram militantes de organizações de esquerda, todas clandestinas, Petrone serviu como guarda-chuva institucional para defendê-los, defender suas lutas e dar vazão aos seus estudos em geografia, incluindo marxismo. Não só com alunos, mas também cumpriu função similar defendendo a posse de colegas de trabalho (Verdi, 2016) e assumindo posições de confiança política, como chefe do Departamento de Geografia da USP por mais de uma vez.

Petrone só pode fazer isso porque, antes do regime militar, havia consolidado em si uma imagem de professor de esquerda, humanista e progressista. E, mais importante: havia conseguido produzir uma geografia com profunda (e explícita) tendência humanista, qualitativa, histórica e até dialética. A partir de sua obra, pôde dar vazão a todos aqueles estudantes que quiseram fazer da pesquisa uma ferramenta de luta, incluindo textos críticos às políticas educacionais dos militares (Campos, 1972; Petrone, 1982), textos sobre a formação do Estado de São Paulo e até misturas entre geografia e marxismo (Oliveira, 2016), em pleno regime militar.

Por isso, o centro do nosso trabalho estará na formação teórica da sua obra, que tanto pode aproximar estudantes e colegas de trabalho. Mais especificamente, na sua tese de livre docência *Os Aldeamentos Paulistas* (1992). A escolha se dá por um lado por essa ser sua maior e mais celebrada obra. Mas se confirmou como escolha certa na medida em que melhor condensa as posições teóricas e políticas que Petrone desenvolvera ao longo de sua trajetória.

Aqui, buscamos reconhecer no seu trabalho a *herança* que citamos, a partir dos vínculos com Caio Prado Júnior. Apontamos ainda que, é por buscar esse longo vínculo da geografia com o marxismo é que há atenção especial a Petrone, e não a qualquer outro autor da época. Entendemos que ele, pelos motivos já expostos, cumpre bem esta tarefa.

Mais ainda, buscamos especificamente a relação com o marxismo porque entendemos que foi uma relação central na elaboração e execução do movimento de renovação dos 1970, com seus feitos, limites e contradições, que marcam até hoje a geografia crítica. Não raros são os relatos que mostram como todos os outros geógrafos, mesmo distantes do marxismo (e até Petrone) foram arrastados pelo movimento, tendo suas ações sido medidas pelo devir do processo de renovação. Com isso, queremos apreender com mais clareza o sentido pelo qual se ergue a geografia que praticamos.

Abaixo, fazemos uma breve exposição biográfica de sua figura, frutos dos estudos supracitados, para compor o texto. Buscamos, no excerto, não destacar minúcias de sua vida,

mas levantar questões, episódios e caminhos que possam contribuir para entender seu papel na organização da vida política da geografia brasileira.

Pasquale Petrone nasceu em 1924 em San Nicola Baronia, na região da Irpinia, na Itália. Veio ao Brasil aos dois anos de idade com os pais. O pai era comerciário e a mãe costureira. Viveu numa típica comunidade italiana em São Paulo, atravessada pela vida operária, pelo futebol, pelos jornais fascistas e pelas organizações Dopolavoro. Tinha como objetivo retornar à Itália e, por influência de um tio, tornar-se militar. A ascensão de Vargas retirou do seu colégio, Dante Alighieri, a paridade de estudos com os liceus italianos. Influenciado pelo professor João Dias da Silveira, ingressa no curso de história e geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, com “mais interesse em história do que em geografia”.

A lembrança recente das políticas anti-italianas de Vargas intensificaram seu interesse pelo tema da imigração, da colonização, das cidades e da vida operária. A demanda por esses estudos, e a aversão ao fascismo engendrada pelo pós-guerra, o aproximou da obra de Caio Prado Júnior, do PCB, e de seu professor Pierre Monbeig. Este último ainda em 1946 recebeu de Petrone seus manuscritos sobre a baixada santista, e o levou para as primeiras reuniões da AGB. Em 1948, formado, Petrone ingressa como professor no Dante e na USP e passa a assumir posições de direção na Associação de Geógrafos.

À época, Caio Prado Júnior travava uma disputa no interior do seu partido sobre a formação social brasileira e a direção da sua revolução. Para o PCB, a pobreza brasileira podia ser explicada pela permanência de restos feudais, vindos da condição colonial. O sentido da revolução socialista estava numa aliança entre a “burguesia patriótica” e a massa do povo, para desenvolver o país e tornar pleno o capitalismo; num processo similar àquele que se realizou na Rússia. Caio Prado, tendo publicado seis anos antes seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, disputava internamente essa posição. Próximo aos estudos dos intelectuais franceses da USP, e posteriormente da União Racionalista, defendia que, desde sempre, o Brasil fora capitalista. Destacava o elemento mercantil da colonização brasileira e, por isso, indicava que a estratégia pecebista podia levar a erros graves. Na USP, fez grande influência; em Petrone, já em 1948, no seu *O fenômeno urbano na baixada santista*, já faz perceber essa afinidade. Essa influência é constante e profunda em toda a sua obra, e marca não só um debate conceitual, sobre uma colônia “feudal” ou “capitalista”, mas carrega consigo diferentes elementos da análise pradiana. A valorização do modo de vida indígena, as instituições de controle mercantil do território, os conflitos no interior dos diferentes setores

da sociedade colonial (coroa, jesuítas, bandeirantes, indígenas e mestiços), o *sentido da colonização*: tudo isso referia a uma tradição anterior ao próprio Petrone, à qual ele acrescentava e levava à frente.

Petrone foi militante reconhecido no movimento estudantil. Ainda em 48, agora docente e recém-ingresso no seu doutorado, foi co-fundador e vice-presidente, por três vezes, da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Não podia assumir a presidência pela vigência da lei varguista, que proibia a assunção à direção por imigrantes. Alternou posições próximas ao Partido Comunista e à Juventude Universitária Católica; que, alguns anos depois, dará origem à Ação Popular. Após um mês em campo com o professor Pierre Monbeig no oeste paulista, para a redação do seu doutorado *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, Petrone funda o Centro de Estudos Geográficos na USP que, anos depois, viria a assumir a posição de Centro Acadêmico do curso de geografia.

Na efervescência da geografia brasileira da década de 1950, foi um dos grandes organizadores, em São Paulo, do congresso da União Geográfica Internacional, em 1956, realizada no Rio de Janeiro. Na ocasião, escreveu um texto para o Boletim Paulista de Geografia que sintetiza muitas de suas posições que, anos depois, serão expostas na sua grande obra *Os Aldeamentos Paulistas*. Em 1958, assume como presidente da AGB São Paulo, e segue produzindo artigos sobre a questão urbana, a pobreza e as perspectivas de desenvolvimento regional.

Concluiu sua tese de livre-docência em 1964. Seu trabalho foi marcado para apresentação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na rua Maria Antônia, em São Paulo. Mas, por ocasião do golpe militar e pelo aumento das tensões nacionais e na universidade, foi impedido de fazer sua apresentação na Faculdade. Só foi apresentar seu trabalho em 1965, não na Maria Antônia, mas no ainda em obras prédio da História da Geografia da USP, na rua Lineu Prestes, 833, aclamado por dezenas de estudantes e professores. Na esteira da ditadura militar, foi o último docente a ministrar a disciplina de Geografia Política, em 1968. No seio da repressão, Petrone disputava significativamente a política do Departamento de Geografia, e não deixou de defender uma geografia “histórica”, “qualitativa” e que pensasse as lutas do povo, particularmente o tema da colonização. São emblemáticos da época seus dois textos sobre as lutas anticoloniais no mundo: um sobre a Rodésia (atual Zimbábue), em 1968, e um sobre o Vietnã, em 1969. Ainda em 1968, quando estourou a Batalha da Maria Antônia, Pasquale Petrone foi até a prefeitura de São Paulo, ao lado do professor e comunista José Pereira de Queiroz Neto, cobrar um posicionamento das autoridades contra os ataques aos alunos da USP.

Por essas características de liderança e progressismo, passa a atrair estudantes contrários ao regime, e se torna o professor que, no Departamento de Geografia da USP, mais orientou trabalhos no período. Isso inclui: Amélia Damiani, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Manoel Seabra, Jurgen Langenbuch, Amália Inês Geraiges Lemos, entre outros. Alguns que não foram diretamente seus alunos, mas foram muito influenciados por ele: Gil Sodero Toledo, Armando Correia da Silva, Nelson de la Corte, Léa Goldenstein, Judith de la Corte, Liliana Laganá, etc. Alguns de seus alunos, ou alunos de seus alunos, serão aqueles que irão disputar os debates da União Paulista de Estudantes de Geografia, e até da APEOESP, na década de 1970. Outros, são pioneiros no debate sobre método de pesquisa e história da geografia. No limite, organizava em torno de si um grande projeto de pesquisa, em que ele próprio e seus alunos realizavam pesquisas sobre cidades diversas de São Paulo, o que inclui São Paulo, Cotia, Caieiras, Santos, Ubatuba, Votuporanga, Fernandópolis, Vargem Grande, Cubatão, Limeira, Marília, Presidente Bernardes, Nazaré Paulista, Salesópolis, Barueri, Diadema, Paraguaçu Paulista, Itaquaquecetuba, Jaú, entre outras. Além disso, orientou estudos sobre vilas e bairros da metrópole paulista, além do fenômeno urbano em outros Estados, como: Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Goiás.

A ditadura impôs mudanças severas para a educação brasileira e, particularmente, para a geografia. Sucedeu-se uma verdadeira “modernização conservadora” (Fernandes, 1975) do Estado e da sociedade brasileira: o país entrava na época do capitalismo monopolista, revolucionou suas estruturas produtivas para permitir o desenvolvimento do parque industrial, da ciência e tecnologia; mas só na medida em que mantinha, longe desse processo, as classes populares; ampliava-se a repressão e se comprimia o espaço político do proletariado. A carreira docente sofreu transformações duras: os docentes se “proletarizavam”, e a demanda por professores fazia explodir sua formação, especialmente pelas licenciaturas curtas. Junto a isso, o regime militar tentava impor nas escolas uma disciplina de “estudos sociais”, que retirava horas de ensino de geografia e história, e ampliava a possibilidade de controle ideológico, por parte do regime, aos professores. No Estado e no ensino superior: o IBGE havia sido duramente aparelhado pelos militares, e alguns docentes “liberais”, ou ao menos “não marxistas” foram levados ao Departamento de Geografia da USP. Isso inclui: Antônio Rocha Penteado, vinculado à Escola Superior de Guerra, e Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, ambos em 1968. No Departamento, ganhavam força as correntes “quantitativistas”; e a reforma da pós-graduação, com a fundação de novos laboratórios, se fazia sentir. Nesse momento, Petrone não esteve imune de críticas; para Mamigonian, em entrevista para o 88º Boletim Paulista de Geografia, Petrone

foi um desses geógrafos que “recuou diante do avanço do quantitativismo”. Para outros, sua participação foi imprescindível para a democratização do cotidiano departamental.

Fato é que se criavam pontes entre a massa dos professores de ensino secundário e a academia. A Universidade de São Paulo entrava no “clima” de abertura política, assim como o conjunto da sociedade. Em 1981, a FFLCH realizou uma eleição para diretoria com “sufrágio universal”: todos os estudantes, professores e funcionários puderam votar (a única vez em que isto ocorreu na história da Faculdade). Nesse caso, Petrone foi eleito por ampla maioria. A eleição, entretanto, não foi validada. Seu nome não consta entre os nomes oficiais de diretores da Faculdade. Mas a memória da eleição ainda segue viva; sua entrevista no Museu da Imagem e Som de São Paulo ocorreu ainda no calor desse momento.

Entre os professores, efervescia o debate dos novos currículos escolares paulistas. Em 1972, Petrone havia se metido na luta dos docentes, e orientou o trabalho de mestrado de Antonio Pedro de Souza Campos, *A contribuição da geografia ao planejamento educacional*, ainda no fogo da repressão, em plena luta pela liberdade de ensino. O duro embate contra os estudos sociais havia resultado na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), elaboradora dos novos currículos durante toda a década de 1980. A geografia renovada se torna uma ferramenta na mão dos professores. Na sua elaboração, Petrone se faz presente junto a velhos professores (Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Elza Nadai), novos mestres (Ariovaldo Umbelino de Oliveira) e até sindicalistas e dirigentes da APEOESP (Gumercindo Milhomem). O que não se aprovou sem algumas disputas, incluindo críticas de setores conservadores e geógrafos na sociedade civil, como expresso em artigo de Demétrio Magnoli e Regina Araújo, em 1991.

Em 1997, recebe o título de professor emérito da USP. As falas proferidas na ocasião estão expostas na 75^a edição do Boletim Paulista de Geografia, incluindo homenagens de companheiros e ex-alunos, uma palestra dele próprio sobre os Aldeamentos Paulistas e a geografia; relatórios de trabalho de campo sobre sua tese, realizado com alunos, e uma resenha de sua livre docência escrita por Ilana Blaj. Nesse período concedeu algumas entrevistas, e segue uma tendência que, desde o início da década de 80, vinha tomando: uma série de textos, artigos e reflexões sobre a história da geografia nos anos passados e as perspectivas do futuro de uma ciência que havia se renovado.

Doente, faleceu com complicações devido ao Alzheimer, em dezembro de 2011, aos 87 anos. Deixou sua esposa, a também historiadora Maria Thereza Schorer Petrone, seus filhos, além de um sem-número de alunos e admiradores.

As afinidades eletivas e a herança pradiana nos Aldeamentos Paulistas

Verdi (2016) em sua tese de mestrado foi das mais generosas autoras que buscaram retratar a figura de Petrone. Isto porque seu texto não limitou-se à memorialística, mas quis entender efetivamente o papel de Petrone a partir de sua obra, buscando seu papel na história da geografia.

Numa longa avaliação de fontes primárias e entrevistas, relata os esforços de Petrone, Odette Seabra, Margarida Maria de Andrade, José Pereira de Queiroz Neto e tantos outros geógrafos do DG-USP em diversos episódios de luta contra o regime militar, particularmente ao defenderem a contratação de alguns docentes impedidos de assumir pelos militares. Ainda, gasta um inteiro subcapítulo à “Geografia Histórica de Pasquale Petrone”.

A análise se concentra em sua livre-docência Os Aldeamentos Paulistas e seu papel na valorização do planalto paulista (1964). Ela aponta como o autor aproxima, explicitamente, a geografia da história, de modo a confundir as duas coisas. A influência do marxismo se faz primeiro aí; em seguida, na referência evidente ao sentido da colonização de Caio Prado Júnior; e, metodologicamente, ao buscar “o fundamento de um fenômeno, qualquer que seja”. No texto, seu subcapítulo dá espaço a outros, sucessivamente superando um ao outro. Petrone traz uma “totalidade fechada”, da “organização do espaço” e do “método regional”, que dá lugar aos poucos a uma “totalidade aberta” e a um espaço produzido, mais do que organizado, com o passar das gerações.

O incômodo principal surge desta imagem de que se buscaria “o fundamento de um fenômeno, qualquer que seja”. Proponho-me a demonstrar que não é um “fenômeno qualquer que seja”, mas alguns fenômenos específicos, balizados pelo marxismo do professor Caio Prado Júnior. Vejamos.

Ele publicou cerca de 40 trabalhos em vida. Cerca de 26 desses (o que inclui sua monografia A Baixada do Ribeira, de 1961) são relatórios de campo ou pequenos retratos sobre diversas cidades, sua divisão do uso do solo, estrutura produtiva, renda e povo. Escreveu ricos relatos sobre: São Paulo, Santos, Corumbataí, Cariri, Crato, Brodósqui, Presidente Epitácio, Guaíra, Cuiabá, São Luis do Paraitinga, Garanhuns e outros lugares da região do Vale do Ribeira e da bacia do rio Açu; boa parte desses textos publicados no Boletim Paulista de Geografia, dado que, por muitos anos, assumiu posição de destaque na AGB-SP. Cabe destacar que, em sua maioria, eram trabalhos com grandes recursos à geo-história de cada lugar e região, próximo à proposta de Monbeig (Lira, 2021).

Vistos isoladamente, podem parecer ter pouco a ver com sua livre-docência, rigorosamente geo-histórica, montando um panorama sobre boa parte de São Paulo. Menos ainda com seus artigos posteriores *A questão rodesiana* (1968) e *Vietnã* (1969). As aparências são uma “virada” das monografias à geografia política e geo-história. Enquanto isso, seus alunos seguiram fazendo, em suas teses e dissertações, tradicionalíssimas (porém muito especiais) monografias regionais sobre SP (Lemos, 2012).

Se consideramos seu vínculo com a obra de Caio Prado, a situação muda. Na verdade, o conjunto dos seus trabalhos é, desde cedo, atravessado pela concepção de uma colônia fundamentalmente mercantil e “virada para fora”. A forma ensaística, muitas vezes de relatório, esconde isso; outras vezes, a questão aparece como referências à obra de Pierre Monbeig ou Alfredo Ellis Júnior; mesmo assim, a avaliação rápida revela a influência pradiana. Há outras grandes referências a *O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo* (1935) e *Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo* (1941).

Em *O Homem Paulista* (Petrone, 1956), um estudo de demografia sobre o Estado de São Paulo que culmina com o debate da regionalização do estado, Pasquale Petrone faz um verdadeiro ensaio do que viria a ser sua tese de livre-docência, quase dez anos depois. Esse trabalho fazia parte do Boletim Paulista de Geografia, nº 23 (1956) junto dos textos *A Terra Paulista*, de Aziz Ab'Saber; e *Café, riqueza paulista*, de José Ribeiro de Araújo Filho, na ocasião das preparações para o XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro. Apesar de ser um texto, a princípio, de análise demográfica (racial, etária, ocupacional, etc.), *O Homem Paulista* faz questão de dedicar algumas páginas ao “povoamento nos tempos coloniais” (p. 55 - 59) e “o povoamento nos séculos XIX e XX” (p. 59 - 63). Há diversas citações (p. 57, 59 e 64) à *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, destacando especialmente a centralidade que o planalto paulista assume em relação ao interior e sua ligação com o litoral.

Ele cita intensamente também outros autores que estarão presentes nos Aldeamentos: Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Aziz Ab'Saber, Maria da Conceição Vicente de Carvalho, Aroldo de Azevedo, João Dias da Silveira, Elza Coelho de Souza Keller, transitando entre a geografia de Caio Prado para o litoral de Elza Keller e a franja pioneira de Monbeig. Na prática, ele passa por todos os temas e ideias que, em alguma medida, surgem na primeira metade dos Aldeamentos. Esse texto aproxima a interpretação de que, há uma década dos aldeamentos, sua base teórica já estava sendo ensaiada; e que seus

estudos sobre São Paulo contemporânea o levavam, em grande medida, aos estudos de geo-história, e reforçaram sua referência ao sentido da colonização.

A ideia do professor estava, já desde então, em vincular os estudos sobre a colonização (e seu *sentido*) à formação do Estado de São Paulo e, em particular, a metrópole paulistana. As cidades do interior, cuja expansão era mediada pela ferrovia, apresentam uma "justaposição concêntrica de áreas com traçados diferentes" (Petrone, 1956), onde "em torno do núcleo central, inorgânico, dispõe-se um anel de áreas com traçado moderno, geométrico, quase sempre. [...] veja-se os exemplos de Santos, Campinas, Taubaté e outros. Quando o crescimento é muito grande, originando metrópole, caso da Capital, então temos uma estrutura caótica, desorganizada, verdadeira colcha de retalhos." (ibid).

E segue:

"as novas cidades [...] pela agitação de suas estações rodoviárias, vae-vem de trens e mesmo pelo movimento de seus aeroportos, pelo volume dos negócios e papel de seus numerosos estabelecimentos bancários [...] a maioria das cidades paulistas representa bem o tipo de fenômeno urbano que se originou no Novo Mundo [...] são em esmagadora maioria, relacionadas com rápidos surtos econômicos e com desenfreadadas especulações imobiliárias, produtos, frequentemente, do mecanismo das zonas pioneiras [...], antes de mais nada, grandes empreendimentos econômicos" (ibid)

Trata-se de uma modernidade *particular*, que cria um padrão de urbanização que ele chega a chamar de “cidades de tipo paulista”, incluindo até médios sítios urbanos fora de São Paulo como Uberlândia e Uberaba. São cidades, no limite, fruto de uma profunda sobreposição de processos de povoamento e controle: primeiro, até fins do século XIX, os aldeamentos de indígenas cativos, por onde não só se catequizava, mas garantia a ocupação do interior e o controle social dessa massa de despossuídos; depois, a expansão a Oeste, mediada sobretudo pela ferrovia e pelo café, comandada pelos bancos, pelo mercado imobiliário e incontáveis “grilos de terra” (ibid). Por eles, percebe-se a permanência da pobreza de natureza colonial.

Como aponta Damiani (1998), os Aldeamentos buscam uma São Paulo não operária, mas cabocla e, a partir dela, *redefinem* a São Paulo operária e industrial. A pobreza da primeira e da segunda (de cada “cinturão”) compõem um *continuum* na história do país. Os mecanismos coloniais de controle não somem; transformam-se e modernizam-se, assumindo novas formas de controle financeiro do espaço e do trabalho.

Nos textos posteriores à sua livre-docência, essa ideia se reforça ainda mais. Suas entrevistas são marcadas pela ideia de que deveríamos buscar as permanências, no espaço e

na sociedade, da pobreza colonial à pobreza atual, capitalista e industrial (Petrone, 1998). Ele diz:

Qual é a diferença entre esse cinturão e o cinturão caipira definido nos arredores da cidade de São Paulo no século XIX? São muitas as diferenças, fundamentalmente de natureza cultural, assim como na bagagem de vida material e espiritual. Porém, convém ter em mente que, ao lado das aparências das diferenças, torna-se possível aproximar os dois casos de modo extremamente significativo. O cinturão caipira em torno da São Paulo servia à cidade numa época em que São Paulo tinha uma função que era a de redistribuição do café, e, antes do açúcar, assim como hoje é distribuidora ou redistribuidora de “n” outras coisas. Momentos diferentes, aparelhamento técnico diferente. Essencialmente, qual a diferença entre as condições de pousio social, o cinturão caipira do século XIX e o cinturão de aldeamentos dos séculos XVI, XVII e XVIII? No conjunto da dinâmica das formas de arranjo espacial no planalto paulista, não parecem existir diferenças essenciais, embora as aparências forneçam uma ideia de grande diversidade nos aspectos materiais.

Os aldeamentos também serviam a São Paulo, centro que tinha outras funções que não as atuais, que naturalmente vivia graças a outras atividades, diria, graças a outros “produtos”. Em uma época, o “produto” poderia ser o próprio indígena; noutra época, o “produto” poderia ser o açúcar; noutra, poderia ter sido o café; assim como, em tempos bem mais recentes, o “produto” a ser considerado pode ser o Real, ou seja, a moeda, o capital. As aparências são de coisas materialmente muito diferentes.

Porém, o significado dos processos, em última análise, é muito semelhante, e a semelhança de significados é que fornece uma ideia de continuidade e, sob certos aspectos, de permanência. Considerada importante e aceita a ideia de continuidade, torna-se possível pensar, por exemplo, um processo como o planejamento. Isso tendo em vista que as condições concretas constituem o fruto de processos passados que guardam muitas semelhanças com o que se verifica agora.

[...] É dentro do sentido de permanência de determinadas condições essenciais que, em determinado momento, pensei em estudar os aldeamentos indígenas do passado paulista. Isso porque via os aldeamentos como elementos integrantes de momentos de um contínuo processo de apropriação territorial, que, apesar de apresentar-se com formas diferentes, processava-se, entretanto, dentro das mesmas direções, dentro dos mesmos parâmetros, dentro do mesmo significado. Não se devendo estranhar, em consequência, que do indígena se passasse para o caboclo, do caboclo para o imigrante — português, alemão, italiano e outros — e, para a definição das chácaras da periferia de São Paulo, e desses imigrantes, europeus ou não, se passou para o nordestino — baiano ou não-baiano — que passou a criar e habitar as “vilas das belezas” dos arredores metropolitanos. É como se verificasse a permanência de determinados fenômenos...

A longa citação serve para sedimentar essa ideia de que, no conjunto de suas análises, e aqui inclui-se seu método de estudo regional e “tradicional”, está por trás uma específica concepção de Brasil: a de um país com a marca das permanências da colônia

mercantil. Nos *Aldeamentos Paulistas*, de fato, ele busca o fundamento de um fenômeno, como diz a professora Verdi: mas o decisivo é que ele busque, desde as primeiras páginas, ou melhor, durante toda a sua trajetória, este fundamento específico: os desdobramentos urbanos de uma sociedade escravista e mercantil, voltada “para fora”. Olhemos com mais cuidado para essa obra.

A primeira seção do livro é dedicada a mostrar o critério mercantil e exterior na decisão dos lugares a serem ocupados: “dentro dos extensos litorais brasileiros [...] foram utilizados especialmente aqueles pontos que pudessem oferecer, ao mesmo tempo, condições vantajosas quanto a possibilidade de atracação das embarcações quanto às possibilidades comerciais” (p. 20). Escreve: “é preciso não esquecer a condição inicial do embrião [núcleo de ocupação], fruto de um processo que vem de além-mar, amarrado a um trecho favorável da costa, voltado para o exterior, isolado dentro do mundo novo” (p. 22). Esta preocupação de mostrar quais elementos são secundários (ou vão se tornando secundários) e quais se mantém no centro da questão é o que justifica as duas primeiras seções do livro (*O planalto paulistano e sua função no povoamento* [19 - 49] e *Índios cativos e índios administrados* [p. 51 - 97]). O subcapítulo 1.3 é chamado *Da feitoria à tentativa de criação de uma colônia de exploração* é dedicado integralmente a demonstrar como a forma de feitorias tem como fundamento sua transformação em colônia: “**a aplicação de capitais de grandes organizações financeiros europeias, ligadas possivelmente a banqueiros alemães, não se justificaria se as iniciativas não visassem a uma economia de mercado**” (p. 24). Deixado já no primeiro capítulo, estas ideias (no vocabulário pradiano, o sentido da colonização) serão o guia de todo o trabalho e a cola que une os debates apresentados.

A partir da seção 2.1 *Litoral e Planalto*: condições físicas particulares pelo decorrer de toda a terceira seção, Petrone olha para dentro do núcleo de ocupação, para dentro daquela unidade que depois se torna a bandeira e, então, o aldeamento. O trecho das páginas 23 a 49 é integralmente feito para exibir como a ocupação colonial mantém uma relação profunda e imediata com os núcleos já existentes de ocupação indígena. A partir da página 49 e no decorrer da seção 2 ele se aprofunda nessa relação, sem perder de vista o já citado fundamento comercial: “As relações entre europeus e indígenas, na costa vicentina, muito cedo parece que se definiram em termos de possível utilização do nativo como mercadoria comerciável [...] o homem nativo sendo considerado tanto um instrumento de produção quanto uma mercadoria” (p. 55). A escravização ainda não era significativa, mas, para o colono e o jesuíta, era a única forma possível de trabalho, dadas as condições em que estavam (p. 56). Desta análise, ele deriva a forma jurídica, administrativa e geográfica da colônia

paulista: as vilas. Assim, cita Teodoro Sampaio: “A villa mesmo era como um campo de guerra, protegida pelo relevo topográfico do logar, onde eram fossos naturais os sulcos profundos dos ribeiros que a cingiam” (p. 60). Depois:

“O núcleo piratininga era uma acrópole abrigada pelas encostas íngremes e por estacas e muros; e as sedes de propriedades rurais não raro constituíam um misto de residência e praça forte [...] Entre os meios encontrados para sobreviver num período inseguro como os dos primórdios do povoamento do Planalto, destacou-se, desde muito cedo, o de poder contar, contra o indígena, com o auxílio do próprio indígena”

(p. 61)

Petrone tenta destacar a todo momento que a consciência do colono não foi imediatamente a consciência do massacre indígena (p. 60), mas esta se dá a partir da imposição da mercadoria:

“Seria de esperar que, atenuados os problemas de insegurança, arrefecesse também o processo de escravização. Verificou-se o contrário, dado que, esgotadas as possibilidades de prear indígenas na própria área de Piratininga e zonas contíguas, os colonos começaram a buscá-los em territórios longínquos, dando forma ao bandeirismo de apresamento [...] Mesmo considerando que o indígena era utilizado, além das atividades agrícolas [...] não seria possível, dentro dessas condições, uma solicitação de mão-de-obra que justificasse grande parte do bandeirismo. Só resta um modo de ver o fenômeno, ou seja, como foi amplamente estudado por Ellis: compreendê-lo sim como uma decorrência de necessidade de mercados, porém exteriores ao Planalto. O indígena escravizado seria, dentro de uma estrutura econômica quase auto-suficiente, a principal mercadoria comerciável, avultando a importância que para ela deveriam representar mercados de outras partes do país, já organizados em função de uma agricultura de plantage.”

p. 62-63

E completa: “**Está claro que, ou se tem exagerado quanto aos descimentos de indígenas por muitas bandeiras, ou é necessário aceitar a presença de mercados exteriores como estímulos, dados que os Campos de Piratininga e arredores não poderiam absorver mão-de-obra tão abundante.**” (p. 63). Trata-se de incluir na “psicologia bandeirante”, derivada de Monbeig (Nogueira, 2008), a formação das classes sociais no Brasil.

Observe como ele vai depurando da análise todo elemento que se secundariza, perde relevância, até encontrar o “fundamento” da história. Mas, desde o começo, esse fundamento está claro e exposto: o que ele faz é ir preenchendo-o e comprovando-o à medida que a análise avança.

Fica evidente, inicialmente, como seu “método regional” é levado a todo momento por sua concepção sobre formação social brasileira, o que condiciona seus resultados. Não só isso, mas por uma visão de *longa duração* (num claro sentido braudeliano) que une os modernos processos de metropolização na capital e de expansão imobiliária e especulativa em São Paulo, com a antiga herança dos aldeamentos. Capitalismo e colonialismo andam lado a lado. Mais que isso, são complementares.

Podemos dizer também que esse espaço “organizado” possui significativos quês de um espaço *produzido* e reproduzido pelas relações de trabalho vigentes. Em outros artigos, Petrone ainda faz questão de citar os “cinturões de especulação imobiliária”, que se “confundem com o cinturão de pobreza” na periferia de São Paulo, o primeiro produzindo o segundo (Petrone, 1998).

Apontamos esses elementos para demonstrar como a ideia de uma renovação crítica que vai da “totalidade aberta” à “fechada”, ou da “organização” à “produção” do espaço carece de melhores explicações se não considerar as concepções de formação social envolvidas, que guiam toda a análise metodológica e epistemológica, exprimindo uma certa relação entre geografia e marxismo. O caso de Petrone deve ser ponto de partida para demonstrar como diferentes matizes, métodos, epistemologias e discursos surgidos na geografia brasileira podem exprimir uma mesma concepção e uma mesma relação entre a geografia e o marxismo.

A questão da Formação social

Exposto o vínculo dos *Aldeamentos* à concepção de *sentido da colonização*, levantamos uma nova pergunta: como essa obra se insere no interior da geografia brasileira? como ela nos ajuda a compreender uma “certa relação entre geografia e marxismo”?

Curiosamente, Petrone nunca cravou em momento algum que a colônia no Brasil teria sido capitalista ou não. Na sua livre-docência e em outros trabalhos, a mão de obra é caracterizada como “cativa” ou “escrava”; e o processo, em conjunto, é visto como “mercantil” (Petrone, 1992).

Mas, como já dissemos, não se trata imediatamente da palavra que damos. As palavras só ganham sentido mediante sua vinculação dentro do processo histórico; e, no caso que avaliamos, o peso que ganham nas disputas interiores do marxismo e da geografia brasileiros. Por conteúdo, trata-se de um trabalho que, indiscutivelmente, pode ser incluído na esteira de outros, de acordo com Gorender (2016), fazem um “quadro de uma sociedade

colonial capitalista”, cujas “variantes referem-se a qualificações desse capitalismo: se potencial, implícito, incompleto ou simplesmente inadjetivado”. Primeiro por sua vinculação histórica a Caio Prado Júnior. Segundo, e mais importante, pela sua explícita valorização do caráter “externo” e “mercantil” da colonização, buscando observar, na ocupação do interior do continente, as particularidades deste processo guiado “para fora”.

Destaco que, na sua análise, o trabalho de Caio Prado aparece justaposto às obras de Fernando Novais (1986) e Alice Piffer Canabrava (2005). E ele segue, quanto a Prado Júnior: ao apontar sistematicamente o “fundamento” mercantil, estrangeiro do processo, e seus mecanismos de drenagem de recursos da colônia para a metrópole, a ideia de um “sentido da colonização” ultrapassa a “história comercial”, característica de obras anteriores, particularmente àquelas referentes à ideia de “ciclos econômicos” (Gorender, 1985), e avança “no caminho do conhecimento do arcabouço econômico-social” do país. Contudo, “só na medida em que permitia o mirante em que se colocava o pesquisador – a perspectiva do comércio exterior” (*ibid*). Ela mobiliza fundamentalmente

“três caracteres: grande propriedade da terra, monocultura e trabalho escravo . A escravidão propriamente merece poucas páginas na parte dedicada à “vida material” – a mais longa do livro –, só sendo abordada detidamente na parte reservada à “vida social”, que se ocupa com aspectos superestruturais e em que se inclui também a apreciação do patriarcalismo, já sem verdadeira significação estrutural. [...] O patriarcalismo desce a modesto segundo plano e na figura do plantador emerge o empresário. A escravidão é a forma em que o empresário colonial lida com o fator trabalho. Mas, uma vez que essa forma é tida por contingente, devia ficar à margem a preocupação com o estudo da especificidade das relações de produção escravistas.”

Outra caracterização da obra pradiana, em diferente linha, é a de Florestan Fernandes (1980). Ele não estava tão preocupado com a escravidão ou o patriarcalismo, nem propriamente com destacar as específicas relações de trabalho do Brasil Colonial. Teve explicitamente grande estima por Caio Prado, pela originalidade de seu trabalho e por sua trajetória militante. E, grosso modo, dedicou muito mais atenção em seu trabalho à luta contra uma concepção *feudal* de Brasil, mesmo considerando a concepção de Caio Prado “tão equivocada quanto” a primeira (*ibid*). Assim, trabalhou para assimilar o *sentido da colonização* de modo significativamente criativo, absorvendo o que havia de mais ousado e original na análise.

Tomamos a liberdade de fazer uma ponte entre sua crítica ao *sentido da colonização* e a seu texto-resenha do livro *A Revolução Brasileira*. Seu elogio a Prado vem da busca deste em “pôr à nu os fatores intelectuais do terrível divórcio que se estabeleceu entre a ação

política em certos setores da esquerda brasileira”, indicando que havia um momento promissor, na década de 1980, para “a crítica severa dos erros cometidos e suas causas”, nomeadamente erros que “consistiam em falta de informação inadequada, de análises distorcidas da realidade e concepções políticas visceralmente avessas ao socialismo” (*ibid*) — grosso modo, concepções que navegaram no dogmatismo indicado por Prestes (1982), que absorvera mecanicamente as teses advindas da revolução russa para o Brasil.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o conjunto de produções feitas por Fernandes vai na esteira de, reconhecidos os graves erros cometidos pelos comunistas na condução das massas na direção de uma revolução social, incluir, à sua análise da realidade brasileira, ponderações profundas à história, erros e acertos do movimento proletário e popular e, nomeadamente, ao PCB.

Tratava-se de dar uma resposta à situação em que, de acordo com Barbosa (1994), passadas ao menos 4 décadas de movimento comunista no brasil e já 7 décadas de capitalismo a pleno vapor, repletos de derrotas frente à repressão, os erros teóricos e estratégicos dos comunistas tornavam-se inaceitáveis. Sua análise do Brasil é, grosso modo, atravessada pelo interesse estratégico de pensar um proletariado plenamente desenvolvido já na década de 1970; e, mais importante, uma burguesia “nativa” que nasceu ligada pelo cordão umbilical ao imperialismo (Fernandes, 2000). Uma burguesia “fortalecida sem lutar”, que “dá origem a uma sociedade nacional sem forças de oposição socialista”, capaz de “usar o Estado para qualquer fim, inclusive para se eternizar como substrato social das elites no poder” (Fernandes, 1980).

Em última instância, seu interesse está em analisar a natureza das classes num país de “capitalismo periférico e dependente” (*ibid*): como uma burguesia nascida dos “impulsos externos” surge submissa ontologicamente ao imperialismo, precisando a todo custo internalizar seus mecanismos de controle e assumir a tarefa histórica de *associação* do Brasil aos interesses dos monopólios estrangeiros, absorvendo aplicando os programas políticos elaborados em Washington (Fernandes, 2000).

Da mesma forma, como o Estado surgido dessa situação “absorve as funções repressivas” necessárias para a realização do capital no país; e transforma-se em um verdadeiro “Estado autocrático”, com pressões permanentemente fascizizantes, em uma democracia formal extremamente restrita (*ibid*). O golpe militar de 1964 aparece como momento-chave da história de uma burguesia que teve de escolher entre realizar suas clássicas tarefas históricas (a revolução democrática e nacional) ou modernizar o país,

deixando-as para trás (ibid). Escolheram a segunda opção, revelando descaradamente sua face conservadora e colonial.

Por não basear-se numa profunda revisão da história do movimento comunista no Brasil, reconhecendo a centralidade da questão do *imperialismo* a partir de seus mecanismos internos e da submissão da burguesia, a proposta estratégica de Caio Prado Júnior, de acordo com Fernandes (1980) constitui-se num programa “perfeitamente exequível por uma burguesia nacional bastante autônoma, inteligente e criadora para combinar, em bases puramente capitalistas, alguma sorte de *welfare state* com crescimento econômico acelerado”, que, apesar de possuir uma “intenção socialista”, não possui “irrefutável substância socialista” (Fernandes, 1980). Fatores importantes na medida em que “não lhe convém ficar a reboque das influências capitalistas”, pretendendo que se introduza “o socialismo como força histórica”, a partir de “meios e fins estritamente socialistas, que definem sua posição política em termos de presente e de futuro quanto à organização da economia, da sociedade e do Estado” (ibid).

Dito de outro modo, reclama de uma insistência crônica na indeterminação da ontologia das classes; da natureza do Estado e, em termos de Gramsci (Del Roio, 2005), da indefinição de um *bloco histórico revolucionário*, isto é, de um conjunto de classes que, mesmo que diferentes, têm interesses naturalmente opostos ao do bloco de poder dominante: latifundiários e monopolistas, e seu sócio-maior: o imperialismo. Para ele, não basta entender um país voltado “para fora”; é preciso avançar no sentido de captar os mecanismos de internalização desse imperialismo, dentro e fora do Estado. É só nessa medida que se compreenderia as profundas transformações e intenções das classes burguesas e subalternas no Brasil. É aí, e rigorosamente aí, que Fernandes pode recorrer à crítica de uma análise que “tende a focalizar a produção escravista como empresa capitalista” (Fernandes, 1980).

Nessa comparação, podemos compreender que algumas das críticas feitas por Fernandes a Caio Prado Júnior podem se aplicar, tendo em vista sua herança intelectual, aos *Aldeamentos Paulistas*, mesmo que aquele nunca tenha feito comentários explícitos sobre o texto. Na verdade, fizemos este longo preâmbulo para realizar dois apontamentos. Primeiro que, exposta essa herança, na direção do trabalho de Florestan Fernandes, conseguimos diferenciar com maior precisão as influências “cepalinas” e “estruturalistas” de figuras como Celso Furtado, e a influência profunda da obra de Caio Prado Júnior, crítico explícito do estruturalismo straussiano e althusseriano (Prado Júnior, 1971), mas frequentemente posto ao lado daquele, reduzidos ambos à sua intenção “modernizadora”, desconsiderados seus “meios” tão determinantes.

Segundo, para pontuar que, mesmo não dizendo se considerava a colônia capitalista ou não, Petrone acaba por assumir uma posição teórica nesse debate. Decerto que sua escolha foi motivada por pretensões justas, a de produzir um debate focado no processo real e concreto, e não no nome que se dava à coisa. Entretanto, podemos olhar que, a negação à escolha de uma caracterização mais precisa (escravista-colonial, escravista-mercantil, feudal ou semi-feudal, capitalista ou subcapitalista) deriva também de um *afastamento* do debate sobre a “internalização” do imperialismo no país (2000). Os pressupostos mais políticos se reduzem à “gestão” dos aldeamentos e, posteriormente, do Estado moderno. As posições de classe que cercam e guiam tudo isso são um mistério no trabalho de Petrone.

Na verdade, como já pontuamos, o centro de seu estudo tem um enfoque na permanência da política e da economia colonial na produção própria da metrópole, o que é posteriormente observado em diversos autores, incluindo Damiani (2000), Moraes (2005b), Silva (1975) e outros. A centralidade dos estudos migra, de um lado, para a metropolização do espaço urbano; e, do outro, para a modernização do interior paulista, onde se sobrepõe a “especulação” e formas modernas de acumulação à economia colonial e a arranjos urbanos herdeiros da ferrovia e do café. Neste aspecto, as transformações do Estado brasileiro, da específica forma que expõe Florestan Fernandes, são postas em segundo plano. No lugar do Estado, sua estrutura de classes e programa, aparece um monólito intransponível; quando muito, uma figura do “planejamento”.

Enquanto outras ciências, sob forte influência leninista, recorrem mais e mais ao conceito de *imperialismo*, isto é, uma específica forma de exportação de capital e dominação externa, mediadas por um capital especificamente monopolista, exportador de capitais; a herança do pensamento de Pasquale Petrone mantém atualiza e aprofunda o conceito de colonialismo, relacionando-o cada vez mais à interiorização do poder mercantil-capitalista. E, no limite, à expansão da franja pioneira na direção Oeste, com o avanço do mercado imobiliário, da grilagem de terra, dos bancos e de imensos “cinturões de pobreza” (Petrone, 1998). Uma análise mobilizada por outras *afinidades eletivas*, pouco preocupadas em realizar um “balanço” do movimento proletário e popular, mas muito preocupadas em entender a formação territorial (e, especialmente, indígena) do Brasil.

Para não cometermos nenhuma injustiça, um *balanço do movimento popular e operário brasileiros* é algo que, certamente, não se pode cobrar de uma figura que, mesmo próxima do marxismo ou de um abstrato “socialismo democrático” (De la Corte, 1998), nunca foi comunista. Isto nunca esteve na sua intenção ou alçava. Se muito, Petrone foi um “social-democrata” (Martin, arquivo pessoal), em cuja juventude, marcada pela atuação no

movimento estudantil, foi muito mais próximo da Juventude Universitária Católica do que da União da Juventude Comunista (Petrone, 1993). Suas posições foram, em essência, contrárias à colocação de “rótulos” (Petrone, 1981, 1998), categoria essa em que entraram todo tipo de modismo, de “caricatura” (do tipo possibilistas ou deterministas), ou ainda um suposto marxismo “dogmático” e “ideológico”. E que sem medo diz que o fechar de uma posição é, necessariamente, a morte do processo científico, imiscuído de dúvida (Petrone, 1982). Decerto, Petrone foi um defensor assíduo de uma geografia de cunho “qualitativo” e “profundamente historicista”, de modo que história e geografia se confundiam enquanto disciplinas (Petrone, 1998).

Os *Aldeamentos* são, enfim, uma obra importantíssima para perceber como há uma *específica* compreensão do marxismo e da realidade nacional que se desenvolvem na obra de Petrone. A comparação entre o cinturão caipira e o cinturão de pobreza, periférico, na década de 1950; entre a especulação antiga e nova de terras; entre a velha colonização e sua herança para o presente; o próprio conceito de “cidades de tipo paulista” (Petrone, 1998): tudo isso representam uma profunda herança pautada em cima do pensamento de Caio Prado Júnior.

Como podemos observar, trata-se de uma comparação que justapõe períodos distantes de tempo: um, do século XIX ou XVIII; outro, do meio do século XX. Entre esses, percebe-se a longa duração (num sentido braudeliano) e a permanência crônica, espacialmente disposta, da pobreza e da especulação. Fica claro também a permanência desta situação típica de um país voltado à exportação, a “natureza de uma relação, que é permanente” (*ibid*), que se desdobra para a organização da vida interna, das aldeias e aldeamentos. No limite, uma visão de *longa duração* que amarra a repressão e desterritorialização dos indígenas com a produção própria do Estado e da cidade de São Paulo.

Neste caso, os apontamentos do professor Florestan Fernandes são muito pertinentes: há um profundo destaque na questão do “comércio exterior” (Gorender, 2016), enquanto outros aspectos (por exemplo: a passagem do poder colonial para a formação de um Estado moderno, típico de um capitalismo monopolista) perdem espaço. Como já expusemos, a própria noção de *colonização*, sob os rigorosos termos da interiorização da acumulação de capital, é a linha mestra pela qual se pensa a formação do território Brasileiro. Colonialismo aqui passa a ser um conceito-chave, e *imperialismo* (termo rigorosamente leninista, essencial para a análise de Florestan Fernandes das classes e do Estado brasileiro) não aparece em momento algum na obra de Petrone.

E, se não se pode criticar um autor pelo que ele não se propõe a fazer, deve ficar claro que estas escolhas e vínculos metodológicos resultaram numa específica herança geográfica, calcada no pensamento pradiano, que diferencia esta ciência, do ponto de vista da análise de Brasil e da relação com o marxismo, de algumas outras. Consideramos esse um importante elemento para compararmos a história do desenvolvimento da geografia, e da relação que esta desenvolveu com o marxismo, se comparada com a história ou as ciências sociais.

Além disso, tecemos algum comentário sobre as debilidades aparentemente resultantes do “método regional” por Petrone. Vecina (2021) critica duramente o professor em sua “proposta para a Baixada do Ribeira”. De certo modo, a autora o coloca numa posição de “apologeta” do desenvolvimento regional, cego pela “equiparação”, incapaz de ver a natureza *contraditória* do desenvolvimento capitalista no Brasil e, em particular, no Ribeira. E escreve:

“o método regional, ao ter como um dos pontos de chegada a comparação entre as partes (entre as “áreas contíguas”), não apenas se coloca o objetivo de evidenciar o “atraso” da Baixada do Ribeira (“mediocremente” ocupada), hierarquizando-a frente ao dinâmico estado de São Paulo, como também que ao fazê-lo reproduz a lógica da mercadoria. “

Quando, na verdade, esse “vazio demográfico” definidor da Baixada representa uma face absolutamente complexa e desigual do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, uma situação em que “fixação e especulação andam par a par”, ao contrário do que propunha o autor.

Muitas vezes concordamos com as avaliações da autora. Ela reconhece, por exemplo, que a análise de Petrone está centrada (ao menos em alguns momentos) “pelos produtos que eram comercializados e não pelo como as relações sociais e suas transformações se davam”, passando da atividade garimpeira à “degradação do solo pelo colono” sem grandes avaliações. Ou ainda da descuidada contraposição entre “especulação” e “produção”, entre os quais Petrone não destacou complementaridade.

Em outros momentos, entretanto, Petrone defende a tese de uma “suposta perda das experiências estrangeiras no contato com o nacional”, um processo de “caboclização” dos imigrantes. Ainda, fala do impacto do estabelecimento de uma mão de obra “autônoma”, não-capitalista, histórica da região, contraposta ao potencial “adensamento territorial”, impulsionado pelo trabalho assalariado e capitalista. Quanto a esses dois últimos, nos parecem que, em alguma medida, Petrone constitui uma análise que situa nos seus

componentes uma visão sobre as relações de trabalho — a questão central é *como* ele fazia esse olhar.

Da mesma forma, nos parece que o que já foi exposto até então neste texto nos afasta da ideia de pensar um Petrone incapaz de ver as contradições do desenvolvimento do capitalismo, tanto em geral quanto em um país de particularidades “dependentes”, herdadas da escravidão. A contraditoriedade nos processos é marca decisiva do seu texto (Verdi, 2016) e assumida em sua escrita (Petrone, 1981, 1993, 1998).

Em vida, tratou de buscar alternativas e críticas a um modo de produção construiu mais na direção da “especulação” do que da elevação das condições de trabalho. Nesse sentido, nos parece no mínimo vulgar imputá-lo uma “ovação do capital produtivo e, consequentemente, à exploração do trabalho” (Vecina, 2021), ou ainda situar seus problemas no interior do “método regional”, incapaz de reconhecer contradições inerentes à “territorialização do capital”. A pergunta é *como* Petrone entendeu a relação entre capital e território.

Na nossa avaliação, sua apologia do “adensamento regional”, e sua difusa posição frente à a pobreza na região só podem ser entendidas a partir, primeiro, de todo o arcabouço que construímos até então neste texto; e, segundo, a partir da *intenção* transformadora que, para bem ou para mal, constitui sua tese, em plena ditadura militar. Quanto a este último, entendemos que ele possui uma proximidade significativa com os problemas apontados por Fernandes (1980) em relação a Caio Prado Júnior: na sua proposta de “intervenção”, Petrone elabora um programa “perfeitamente exequível por uma burguesia nacional bastante autônoma, inteligente e criadora para combinar, em bases puramente capitalistas, alguma sorte de *welfare state* com crescimento econômico acelerado”.

Petrone assume a posição em que, olhando rigidamente para o desenvolvimento capitalista em países europeus, vê neles uma realização plena de uma revolução democrática e nacional, em que a clássica urbanização resulta num desenvolvimento geral da nação e numa ampliação do espaço político do povo (Prester, 1982). Seu problema não é uma “cega apologia ao capital”, mas antes a incapacidade de elaborar certas perguntas: afinal, por qual motivo, no Brasil, não existe uma burguesia desse tipo? E, respondido isso, quais os instrumentos de controle, repressão e cooptação, que o imperialismo constrói no Brasil para manter essa situação?

Entendemos que é só desse modo, referindo-nos à história da geografia, e em particular à proposta *herança*, que podemos situar o “método regional” no debate filosófico e demarcar os seus erros: se Petrone se aproxima de um “ovador do capital produtivo”, isso

possui raízes colocadas no centro de um *certo* marxismo e de uma *certa* concepção de formação social, e está cercado de intenções transformadoras e que, sobretudo, marcam as gerações posteriores de geografia. Trata-se de um erro estratégico, situado dentro da história do pensamento social crítico brasileiro, e não um desvio moral. Sem essa avaliação, o “método regional” corre risco de virar um espantalho.

Ecos dos Aldeamentos e a *herança*

O objetivo deste trabalho é demonstrar, a partir de Pasquale Petrone e seus *Aldeamentos Paulistas*, que existe um problema político e epistemológico, não pontual, que tem travado os estudos das gerações de 1940 e 1950. E, isso posto, sugerir caminhos por onde essas gerações podem nos guiar. Por isso, destacamos o caráter dedutivo daquelas “teses”: sua comprovação passa por uma avaliação documental que vai muito além deste trabalho de “sugestões”. A seguir, desenvolvemos um pouco sobre os desdobramentos da herança pradiana em geografia, muito mais indicando caminhos e detalhando as afirmações do que aprofundando filosófica e historiograficamente em cada questão.

Como dissemos anteriormente, não pretendemos definir esta *herança* da geografia por um simples jogo de palavras, em que “a defesa de uma colônia capitalista” seria elemento definidor. Se essa conceituação cumpre uma função importante, os desdobramentos concretos dessa posição cumprem função similar. Pelo que dissemos, aproximamos de “definir” e encontrar o significado dessa proposta herança.

O objetivo desse capítulo está em apontar como a *herança* do pensamento pradiano, sob a qual diversos métodos de análise podem ser colocados, acabou se misturando a outras concepções da geografia brasileira, sobretudo as de uma geografia econômica vinculada a Pierre George. Destacamos inicialmente esse elemento a partir de Verdi (2016): que relata que, dentre os mais de 40 trabalhos orientados pelo professor Pasquale Petrone, quase todos têm na obra de George uma ferramenta central de análise. No alvorecer da “renovação crítica”, Petrone serviu ao mesmo tempo de base teórica e de “divulgador” do pensamento de Pierre George, para um público que incluiu não só seus estudantes, mas também professores. Nessas sínteses puderam surgir os inícios do movimento de renovação.

Primeiramente, podemos enxergar a *herança* como uma tradição de pensamento fundamentalmente historicista e qualitativo (Moraes, 1981; Petrone, 1993; Carlos, 2016), que aproxima a geografia da história (Verdi, 2016). O tema da colonização, da “franja pioneira” e

o “método regional” se destacam, mas ganham sentido na medida em que são levados por uma concepção mais profunda de Brasil, guiada fundamentalmente pelo “comércio exterior”, pelo “sentido da colonização”, pelo subdesenvolvimento das forças industriais e o predomínio da exportação de bens primários, pela compreensão da colônia como um “empreendimento”, com enfoque no seu caráter mercantil, por vezes chamado de capitalista, etc. Trata-se de uma visão sobre a formação do Brasil (e particularmente São Paulo) guiada pelas *permanências* dos aldeamentos e da “desterritorialização indígena” que organiza e produz a metrópole.

Dedutivamente, observamos como é esse pensamento não é “puro”: historicamente, ele será profundamente atravessado por outros métodos, correntes e teorias. A destacar: as concepções geográficas, profundamente estruturalistas, surgidas por influência dos geógrafos franceses em solo brasileiro na década de 1950 (Pedrosa, 2015a), que ajudam a consagrar uma geografia econômica e o modernizar o “método regional” (Lira, 2017). Também, uma geografia disposta a desmascarar seu próprio viés ideológico e colonial, e posicionar-se de modo “crítico”, abrindo-se para o marxismo (Lacoste, 1988). Outra, tão importante quanto: o conjunto de pensamentos sobre a realidade nacional desenvolvidos sobretudo no interior da Universidade de São Paulo (mas não só), particularmente em sociologia e ciência política, que ganham adesão à medida em que o PCB sofria derrotas profundas na entrada da Ditadura Militar, e as antigas concepções de um Brasil feudal tornavam-se “absurdas” (Barbosa, 1994). Incluem-se aqui: Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e até Celso Furtado.

Segundamente, podemos enxergar uma tradição nascida de uma parca “revisão” do movimento proletário e popular no Brasil, no qual o conceito de colonialismo e as *permanências* se distanciam da mais clássica compreensão de *imperialismo*. A condição *periférica* deriva sobretudo do “comércio exterior” (Gorender, 1985), produzindo “desiguais” arranjos regionais, com suas produzidas centralidades e descentralidades espaciais, relações de trabalho calcadas na *desterritorialização* do indígena e na massiva expansão do mercado imobiliário e da grilagem de terras. Há importante destaque na questão da reprodução capitalista de relações de produção não-capitalistas (Oliveira, 2007).

A partir disso, podemos pensar mais concretamente nos *herdeiros* desse pensamento. Destacamos neste texto, especificamente, a linha que vai do professor Pasquale Petrone a Antonio Carlos Robert de Moraes, passando decisivamente por Armando Correia da Silva. Demarcamos essa linha pela importância significativa que a obra desses dois autores assumiu durante o movimento de renovação, além de seu evidente vínculo pessoal e político.

Além deles, seria possível (e enriquecedor) buscar elementos da *herança* em vários dos mais de quarenta orientandos de Petrone. Não o fazemos por entender que, para além de um vínculo teórico, seria importante pontuar o papel de cada um desses autores dentro dos processos políticos pelos quais a geografia passou na década de 1970. Neste aspecto, esta escala de análise documental sairia do escopo deste trabalho; e, portanto, este específico estudo aparece como debilidade deste texto, por um lado; e como caminho de pesquisa, por outro, aprofundando a concepção de *herança* que buscamos desenvolver.

Armando nunca escondeu sua proximidade com Petrone (Scarim, 2000). No conjunto, pode ser difícil enxergar na sua obra essa influência direta, sobretudo porque ele se preocupou muito mais com questões rigorosamente filosóficas e ontológicas do que propriamente geo-históricas. No limite, reconhecemos sua importância sobretudo porque ele, como orientador do prof. Moraes, marca um importante e longevo vínculo de uma tradição de pesquisa alcançada na geografia histórica. Consideradas essas particularidades, seria equivocado olhar para sua obra em busca de uma simples adesão às concepções “pradianas”: o desafio intelectual está em entender em que medida essas concepções foram apropriadas e transformadas por outras que, sobretudo considerando sua trajetória nas ciências sociais, vinham de toda parte, e não só da geografia.

Seu texto de maior caráter “regional” ou “geo-histórico” é sua tese de doutorado *O Litoral Norte de São Paulo* (1975), orientado pelo professor Dirceu Lino. Já nas primeiras páginas ele recorre ao texto de Caio Prado Júnior “A Revolução Brasileira” (1966), discorrendo sobre a estrutura exportadora “estranha ao país” sobre a qual a colonização se desenvolveu — um passado colonial “que, embora sob forma diferente e mais complexa, continua a mantê-la (a economia) enquadrada num sistema em que ela figura como setor e elemento periférico e dependente” (Prado Júnior apud Silva, 1975).

Ancorado tanto em Prado (1945, 1966) quanto em Petrone (1964), ele discorre mais profundamente sobre os limites físicos físicos da plantação de cana de açúcar no litoral e o papel da serra do mar, que, “se dificultou as relações com o Planalto, não foi obstáculo a essas relações com o ouro e o café, quando em uma economia basicamente de exportação de matérias primas e produtos tropicais” (p. 24); destacando a prevalência do caráter exportador e mercantil da colonização acima das variações naturais ou culturais. A análise do sítio portuário de São Sebastião, as empresas que exploraram o local e sua atividade histórica, datando do século XIX, elucida a adesão a essa forma de pensar a geografia.

Os capítulos subsequentes “Urbanização e Turismo”, “Ruralização e Mercado” e “A Região” revelam na análise esse movimento que vai do impulso estrangeiro à

interiorização da ocupação, realizando-se de forma desigual. Sua referência teórica expande-se para Maria da Conceição Tavares, FHC e Furtado: ao contrário da propalada tese “feudal”, que propunha que o “atraso” brasileiro derivava de permanências alienígenas ao capitalismo, afirma que o próprio capitalismo acaba por criar esta forma particular de desenvolvimento “dependente”. De modo que “a prosperidade local das economias dependentes é até certo ponto possível, na medida em que o consumo de produtos produzidos no local pelo investimento estrangeiro pode induzir alguns efeitos dinâmicos”, mas ainda assim, trata-se de um desenvolvimento que “requer uma interconexão entre o setor de produção de bens de consumo e o setor de bens de capital” (Cardoso apud Silva, 1975). De modo que “na nova divisão do trabalho” (Silva, 1975) mantém-se a dependência de alta tecnologia, à medida que os mercados locais ganham incentivos parciais.

O salto ocorrido na sua introdução ocorre quando ele diz que “não está interessado com as relações de dependência, elas próprias, o assunto dessas obras, ou a própria teoria da dependência”, mas que busca responder “o que é uma região periférica? qual sua gênese? qual, portanto, sua condição interna e necessária? (p. 5). É nesse momento em que, frente à insuficiente literatura, “marxista e não marxista”, ele caminha na direção da geografia econômica. Essa síntese fica explícita na própria estrutura do trabalho: o primeiro capítulo é dedicado às “atividades portuárias e costeiras”, redesenhando a regionalização da região a partir da exportação e circulação de embarcações, com largo uso de dados e documentação histórica sobre a formação da região. E, em seguida, na medida em que avança na “interiorização” e “ruralização”, para em seguida pensar a “região” integrada. A *herança* abre as portas para a geografia regional. E dela se coloca uma *intenção* de, ao invés de mergulhar no debate sobre dependência, pensar uma solução “fundamentalmente regional” para um problema, no limite, “geográfico”.

De modo similar essa mesma questão passa para seu estudante Antonio Carlos Robert de Moraes (2005a, 2005b, 2011). Em suas mãos, o doutorado de Silva possui sobretudo um conteúdo metodológico: é um exemplo de formação regional de um lugar-chave da colonização do Brasil; em que o impulso externo ao desenvolvimento navega onde a visão pode enxergar; cuja internalização é condicionada pelo desenvolvimento de uma economia voltada a “interesses estrangeiros” (Silva, 1975), definindo a partir disso o que constitui uma região periférica. Moraes (2011) usa dessa reflexão genérica sobre o significado de *ser* periférico para elaborar sobre toda a nação. Anota: “Armando Correia da Silva defende que as periferias podem ser isoladas, marginais ou complementares em face de sua economia do centro” (p. 33).

O Brasil como território haveria de ser integrado na *economia-mundo* após “grandes ciclos de lucratividade”, mas “estagnados”, reproduzindo um estado de “semi-isolamento”. O *tempo* da periferia, anteriormente colônia, gira em torno de sua “qualificação” primordial como “fornecedoras de produtos naturais, tendo por produção predominante o extrativismo mineral ou vegetal”, ao qual, com o passar do tempo, “se agregou o papel de estruturas de produção complementares à economia do centro, com o estabelecimento da pecuária extensiva e, principalmente, agricultura de gêneros tropicais” (p. 33). E, na página 62, destaca:

O intuito geopolítico da implantação do sistema de capitâncias no Brasil (como tantas outras práticas aqui exercidas também trazido da experiência da colonização das ilhas atlânticas) transparece claramente na relação estabelecida entre o rei e o donatário, onde este é definido como o ocupante da terra por graça real, terra que nesse sentido não sai do domínio do soberano. É nesse sentido que a capitania não pode ser confundida com um feudo, sendo antes um empreendimento “para-estatal”, um expediente para atrair “elementos privados na exploração das conquistas”. Isso não quer dizer que esse sistema esteja destituído de traços e práticas oriundos da ordem feudal, ao contrário, assentava-se num arcabouço jurídico-político claramente senhorial que o isolamento e a autarquia amiúde reforçou em solo americano. Porém, havia um objetivo mercantil que a tudo presidia.

Seu interesse, assim como de seu professor, é fundamentalmente geográfico: entender essa condição *periférica* do Brasil enquanto território num sistema-mundo, de modo que “a valorização do espaço aparece como horizonte teórico genérico de indagação, a formação territorial desenha-se como objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica angular de se captar o movimento histórico” (2005, p. 45). Uma condição em que “a qualidade diferenciada das colônias repousa, em muito, no grau da sua inserção nos fluxos mercantis e na lucratividade realizada” (p. 64). E, categoricamente, afirma: “a colonização é antes de tudo uma relação sociedade-espacó” (p. 68). Os “núcleos” de ocupação, resultado das muitas zonas de difusão (p. 69), associados especialmente à “formação de um mercado colonial”, constitui uma “gradativa fixação de valor ao solo da colônia, cujo adensamento qualifica a região colonial” (p. 70). A dinâmica destes núcleos é fomentada pela constante expansão a terras ainda não exploradas, uma verdadeira dialética entre “territórios usados” (conceito que empresta de Milton Santos) e *fundos territoriais*. Observamos nesse caminho o esforço em, na esteira de Petrone (1964) e Silva (1975), incorporar a questão geográfica a uma determinada concepção de Brasil. A relação entre *sentido da colonização* e adensamento

territorial (“interiorização”) fica clara aqui. Aliás, não seria essa uma forma de interpretar sua primeira consideração metodológica, contrária ao método de trabalho de Monbeig (Lira, 2017), em que a geografia é submetida à história?

Não só isso, mas observamos a insistência e o nó que é levado por todo o texto: para elaborar sobre o avanço do capital para dentro do planalto, é necessário levar em consideração o “mercado colonial”, o “empreendimento paraestatal” e o caráter, no limite, capitalista das relações entre a Coroa e o Brasil.

No capítulo 7 do seu livro Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia (Moraes, 2011) é quando emerge sua análise de “longa duração”: da colônia até o pós-ditadura militar. Nesse momento, o autor reconhece o Brasil pós-abolição como um país que, inegavelmente, desenvolveu-se, construindo uma “estrutura de ciência e tecnologia moderna e competente”, um “parque produtivo variado e capacitado” e um “mercado nacional” que “demonstra um potencial de consumo passível de ampliação por meio de políticas sociais mais incisivas” (p. 135). Nesse longo desenvolvimento, a questão é se há ou não um “divórcio entre modernidade e questão social”, que retoma “a antiga concepção de identificar a nacionalidade com o território” (p. 130). Desenvolvimento esse pensado na relação entre as áreas urbanas litorâneas (“as em contato com o exterior”) e a atuação sobre os “vastos espaços interioranos vistos como arcaicos”. E que pode ser medido a partir da “dívida externa” e do “crédito internacional”, as quais o país era, visivelmente, vulnerável. O resultado social é a “desconfiança crescente da sociedade frente às possibilidades do planejamento estatal integrado no sentido de bem conduzir a economia nacional”, ideário primordial da difusão do “neoliberalismo” e do “elogio do estado mínimo” (p. 131). Notemos como, assim como Petrone, o *poder* aparece a partir desse Estado *monolítico*, submetido ao planejamento, distante da questão das *classes sociais*, sua gênese e sentido.

Seria possível expandir essa exposição a tantos outros autores, cada qual com sua particularidade. Em Moreira (2024) encontramos uma série de referências que, em alguma medida, se destoam: incluindo citações Caio Prado Júnior e Gorender. Citações que não se anulam; mas são articuladas pela geografia (na “relação cidade-fazenda”, no “protoespaço” cidade-campo, ou na “cidade inacabada”). O enfoque aqui está menos na *franja pioneira*, nos *núcleos* ou *fundos territoriais* e mais nas *diferenciações e integrações* do espaço brasileiro, pensando o adensamento de certas regiões (a “paulistânia” e a “pernambucânia”) e sua integração no conjunto do território. No limite, revelam uma longa descrição desses mecanismos de diferenciação e integração a partir de seus múltiplos agentes: a policultura, a plantation, os comerciantes e os plantadores, periodicamente afetados pelas variações dos

“ciclos” das culturas plantadas, mas, na profundidade, mobilizadas pelas variações do mercado da cana de açúcar. Em todo caso, ao fim e ao cabo, se aproximam: Paulistânia e Pernambucânia representam duas vias de interiorização de um mesmo processo: o avanço de formas hegemonicamente capitalistas para dentro do continente, de modo a dar sustentáculo ao “sentido da colonização” litorâneo.

Damiani (2000) é outra autora que, tendo sido orientada por Petrone, referencia-se profundamente nos Aldeamentos. Nesse caso, não para pensar o interior, mas sim a metropolização da cidade de São Paulo. Ela escreve: “A modernidade na cidade de São Paulo, assim como no resto do país, foi sempre incompleta, foi sempre mesclada à reprodução de culturas mais tradicionais, a ponto de, no nosso país, o moderno sofrer uma crítica, embora residual, através do tradicional”. E, em seguida, cita Martins (apud Damiani, 2000): “Não é o moderno que incorpora o tradicional e o popular, simplesmente. Antes, é a tradição que agrega fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser consciência do todo [...]. Para ela,

“É possível ler, na história de São Paulo, desde o início de seu processo de modernização, com o desenvolvimento do processo industrial, uma presença representativa, nos novos negócios, não somente de agrupamentos financeiros e sociedades anônimas de acionistas, mas a conservação de empresas individuais ou familiares. O próprio processo de especulação urbana se constituía, especialmente, através da criação de pequenas empresas vinculadas aos negócios imobiliários, combinando uma mudança explosiva na produção do espaço urbano da cidade, com o perfil de empreendimentos familiares” (*ibid*)

No limite, o tema central do texto da professora é um “hibridismo” típico dos países de passado colonial (ela diz: periféricos). Um “descompasso” no binômio urbanização-industrialização, no qual o primeiro realiza-se sem plena realização do segundo; ambos condicionados pela exploração colonial (e fundamentalmente moderna) do trabalho indígena. Para ela, a “essência do trabalho próprio da colonização” é o “ritmo desigual do trabalho”, perceptível na “totalidade da massa trabalhadora”, que aparece não rigorosamente como operários: mas em seus “bicos”, subempregos, e numa profundidade e diversidade de serviços vinculados sobretudo à cidade e à produção de seu espaço. Uma permanente “acumulação primitiva” de um trabalho que não aparece como “positividade”, mas “negatividade”, “não necessariamente como atividade produtiva” (*ibid*). Imaginamos ser aqui, evidente, a influência do pensamento de Petrone (e a “herança”), sobretudo no que diz respeito à caracterização dessa específica urbanização periférica, na centralidade da relação colônia-metrópole (mediada pelos Aldeamentos), na massa de “desempregados” que determinam uma grande massa de pobreza urbana, em diversidade de ocupações, etc.

Prieto (2018) é outro autor por onde podemos fazer a comparação. Ele foca sua análise não na “organização dos núcleos regionais”, mas, especialmente nos fundamentos da “propriedade privada” que forma o Brasil: na grilagem sobre as terras, vistas como “reserva de valor”, cuja “gênese” se encontra na “circulação”, não na produção (p. 144). O Estado aparece como incentivador e “reprodutor” dessa dinâmica, que a valida juridicamente a partir de sua “marcha para o Oeste” e da “ocupação latifundiária do sertão” (p. 149). A crítica do papel do Estado é mais incisiva do que nos outros — que, longe de apologistas do Estado, ainda põem a questão pela “visão estratégica do território e das tendências de conformação territorial” (Moraes, 2011). Mas a questão ainda aparece, fundamentalmente dirigida pela geografia, e o problema nacional aparece como um problema espacial.

Curiosamente, acaba aparentemente rompendo com os outros:

“não foi a ‘herança colonial’ que determinou toda a forma de constituição da propriedade privada na terra no Brasil e sua formação social. Na verdade, os Estados nacionais latino-americanos tiveram a possibilidade de romper com o passado e criar legislações modernas em seus processos de emancipação política e, de fato, o fizeram: suas Constituições são exemplo de modernidade, o que não quer dizer que dessa modernidade tenha decorrido a democratização do acesso à terra”

(p. 149)

E, para justificar, cita Lukács, entendendo a formação social como “conciliação entre o exterior e o interior”. E propõe “uma leitura geográfica que articule os sentidos da formação nacional em suas especificidades em articulação à totalidade da produção do espaço”. O problema, ao invés da herança colonial, é simplesmente “a reprodução do capitalismo”, que “contradictoriamente cria relações especificamente capitalistas e recria relações não capitalistas de produção”. Esse para nós é um caso sobretudo interessante: mesmo rompendo com as teses de tipo “herança colonial”, sua explicação se baseia na natureza *capitalista, por excelência* da colônia; em que, desde cedo, as contradições típicas de um mercado aparecem, o que por si só explica o *negativo* desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

O autor rompe com a ideia de uma “longa-duração colonial”, e mesmo de um país pensado pelo “comércio exterior”, ou pela primazia da venda de produtos primários, vendo nisso um elemento limitante da análise. Mas mesmo assim, preserva na essência do argumento a conclusão vinda dessa mesma tese: a questão da terra explica-se pela natureza capitalista e comercial da colônia. No limite, a relação tão expressiva da *herança* entre colônia (especificamente: seu caráter mercantil) e capitalismo se mantém extremamente vivos.

E, curiosamente, os problemas apontados por Fernandes (2000) se mantêm: se era possível ter havido mudanças muito mais radicais e profundas no Brasil quanto a questão da terra (ou, para Fernandes, a revolução democrática e nacional), porque *esta específica via* de desenvolvimento do capitalismo aconteceu? Trata-se de uma questão puramente conjuntural, ou há algo na gênese do Estado e das classes no Brasil que justifique este caminho?

Da mesma forma, passa longe uma outra questão que, há pouco, criticamos: como a “herança colonial” se reciclou, na formação de uma burguesia brasileira e na sua associação às elites estrangeiras? Como o *imperialismo* constrói mecanismos de intervenção e integração do Brasil no seu processo global de acumulação? É possível equalizar o mercado colonial daquele mercado que se desenvolveu no Brasil no século XX? ou mesmo comparar o mercado colonial brasileiro aos mercados de outros países capitalistas na mesma época?

Para o autor, a “herança colonial” aparece simplesmente pela intervenção externa e vocação “tropical”, “primária” da exportação. Uma justa presumida crítica a esses conceitos mas que, no limite, acaba operando nos mesmos termos que eles. E, aqui, a densa análise da história da legislação do campo no Brasil (e pouco da *luta de classes* em torno da questão da terra), bem como o enfoque na *grilagem*, aparecem como explicações de natureza *geográfica* para uma discussão sobre a formação “periférica” do país. As *permanências* e o colonialismo são criticadas mas, ao mesmo tempo, são quem dá as cartas da análise.

Nessas longas exposições, propusemos demonstrar algo que já dissemos: como, dentro de uma mesma concepção de formação social, podem-se realizar debates diversos, imiscuídos de diferentes arcabouços teóricos e metodologias. E que, na história da geografia brasileira, esta herança *pradiana* é o nó pelo qual muitos dos debates metodológicos, teóricos e até políticos têm girado.

Mais ainda, agora, podemos dar um novo salto: o que se observa é que tem-se produzido, desde a década de 1960, sínteses entre o pensamento em geografia (sobretudo econômica, mas não só) e a concepção de formação social, sobretudo sobre o escopo “pradiano”. Essas sínteses, chamadas de “a inclusão da geografia no debate sobre formação social” (Machado, Costa; Santos, 2024), são, na verdade, a específica e concreta relação que a geografia brasileira desenvolveu com o marxismo.

O marxismo é uma ciência viva, cujo desenvolvimento depende de sua capacidade de criar relações com o real, e, por isso, precisa ser posta à prova continuamente. Seu desenvolvimento depende, inclusive, não só de balanços políticos, mas também de “boas estatísticas e opiniões equilibradas e sensatas, confirmadas pela prática, baseadas em dados concretos” (Prestes apud Barbosa, 1994). Na Rússia, Cuba, China, Nicarágua: o marxismo só

pode se desenvolver pela via “positiva”, não só pelos “grilhões” que pode arrancar dos trabalhadores, mas pela “humanização” que pode produzir neles (Barbosa, 1994) e, portanto, precisou historicamente vincular-se ao que havia de mais profundo e transformados no histórico de lutas do povo: os democratas radicais de Herzen, os libertadores sandinistas, etc.

Dentro de cada categoria profissional, o marxismo só pode se desenvolver na medida em que comprehende os caminhos pelos quais seu conhecimento é apropriado pelo conjunto do *povo*, cria laços com ele, pode testar suas teses e contribuir para o avanço de suas lutas. Mais ainda, se consegue compreender como se exprime a *luta de classes* na produção do conhecimento, e, hoje, a *refuncionalização* da universidade pública (Leher, 2021). Visto dessa forma, comprehendemos o marxismo não como um método, mas como uma *concepção* de realidade, que não pode ser justaposta às demais ciências, mas exige delas que marchem lado a lado consigo.

A ideia de uma *herança* que amarra diferentes concepções, propostas teóricas, metodológicas, todas referentes à geografia e à formação do território brasileiro, pode servir de chave para medirmos a capacidade analítica de diversos conceitos que, nas últimas décadas, moldaram o vocabulário em geografia: neoliberalismo, globalização, financeirização, etc. Sob a concepção de *herança*, esses conceitos podem ser vistos a partir de sua história, de suas *afinidades eletivas*, de como cada um deles se vinculou com as diferentes lutas realizadas pelo povo na sua história política.

Pontuamos, no limite, uma noção que conduz o marxismo à posição de *concepção de realidade*, isto é, o preenche de conteúdo ontológico, nos termos que põe Lukács (2020). Sob este guarda-chuva (e abaixo dele, ao lado dele e caminhando com ele), é que podem aflorar e ser analisados os métodos. O marxismo portanto possui método (inclusive, métodos), mas não é ele próprio seu método; é muito maior que isso. Neste caso específico, a geografia não assume um lugar privilegiado no marxismo; e pode muitas vezes ser menos importante na análise de um ou outro elemento do processo histórico. Mas ela se desenvolve na medida em que mergulha no arcabouço teórico e político marxista e retorna à sua análise preenchida de conteúdo.

Curiosamente, quanto a Petrone, ele viu o marxismo como “método”, e não concepção, e já o criticou como “rótulo” ou “moda” (Petrone, 1982, 1993). Uma posição que consideramos, dado o exposto, equivocada: mas que vem de um lugar honesto: uma recusa insistente ao “dogmatismo” que enxergou no movimento de renovação (Petrone, 1982, 1998). Seu interesse nunca foi em encontrar as questões “fundamentalmente geográficas” da realidade, e não se importava se o ele que produzia era história ou geografia (Petrone apud

Verdi, 2016). Seu objetivo era acessar a realidade (sua gênese e ontologia). Dados os limites da sua obra, e mesmo sua motivação “liberal”, “antidogmática”, típica da FFCL (Fernandes, 2024), não estaria essa justa visão sobre o papel da geografia atrelada ao seu sucesso como professor, cientista e militante?

Milton Santos, Lacoste e a herança

Posto o que consideramos ser a “herança” da geografia, e o que imaginamos ser seus elementos mais fundamentais, ainda falta uma questão a desenvolver. Afinal, é possível explicar o déficit bibliográfico sobre as gerações de 1940 e 1950 a partir da noção de “herança”?

Apontamos, até então, os autores mais afetados por esse “déficit”. Há entretanto algumas exceções que podemos pontuar, na direção de entender também a regra. O mais importante deles é certamente Milton Santos.

Milton formou-se geógrafo não em São Paulo, mas na Bahia. Importante destacar como, até então, descrevemos essa específica “herança” a partir de um específico grupo concentrado no sudeste do Brasil, formados na longa herança de Pierre Monbeig e da Universidade de São Paulo. Medida sua grande importância, nacionalizada e exposta em especial pelas contribuições no Boletim Paulista de Geografia, eles não representam a totalidade da geografia brasileira, apesar de influenciarem-na profundamente.

Na verdade, a partir daqui, precisamos nos dedicar mais e mais à análise histórica e política da atuação de cada figura desta e de grupos de estudantes e professores na formação da geografia no século XX e, em especial, no duro período da ditadura militar.

Milton Santos formou-se intelectual na Bahia, e só teve contato com os marxistas franceses (Jean Dresch e Jean Tricart, sobretudo) após o encontro da União Geográfica Internacional, de 1956, no Rio de Janeiro (Pedrosa, 2015). Oito anos depois, em 1964, ele vai ao exílio, e reencontra esses mestres franceses, além de Pierre George. Estes autores, mais distantes da herança de Monbeig, calcado no pensamento de La Blache e Braudel (Lira, 2017), desenvolviam uma geografia marxista por uma outra direção: a geografia econômica e a economia espacial. No caso de Tricart, mais distante ainda, vinha pela geografia física: destacamos aqui seu “Primeiro ensaio de geomorfologia marxista” (Tricart, 1953), com frequentes referências ao trabalho geomorfológico da União Soviética.

Trata-se portanto de uma outra herança intelectual que, na mesma medida que se aproxima da “herança” desenvolvida na USP, representa uma diferente história intelectual e,

sobremaneira, uma diferente vinculação filosófica. Em Santos, a explícita referência a Althusser e aos estruturalistas franceses contrapõe-se à prevalência de posições derivadas da obra de Caio Prado Júnior, explicitamente crítico do estruturalismo (Prado Júnior, 1977).

Santos (1977) apresentou, à sua maneira, o problema da Formação Econômico Social pela via geográfica, do espaço. Para ele, “o espaço reproduz a totalidade social” e “ele próprio reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade”. Na verdade “ele próprio influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso mesmo, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos”. Todo o trabalho, aqui, é mediado por uma noção que só muito marginalmente aparece nas obras da USP: o *subdesenvolvimento*.

A questão, para ele, se apresenta, desde *O Centro da Cidade de Salvador* (2023) como a articulação entre um circuito altamente financeirizado, vinculado ao “mundo industrializado” do além-mar; e um circuito “interno”. Uma dicotomia que repõe elementos similares aos já citados como *herança*, mas que se desdobra num conjunto de outros pensamentos diversos dos já citados. Por exemplo, seu enfoque não está imediatamente na *incorporação* de novas áreas, seja por grilagem ou por “variações” dos ciclos econômicos, muito menos na interiorização e nas permanências “coloniais” da metrópole.

A comparação que Santos faz entre a colônia e a metrópole ocorre, especialmente, em seu livro *Ensaios sobre a urbanização latino-americana* (2017). Nesse aspecto, as permanências entre arranjos e produções do espaço não são a chave da análise, mas elas próprias são mediadas pela questão urbana: a comparação é feita entre cidades coloniais “anteriores à revolução dos transportes” e posteriores a esta. Há, nesse aspecto, uma inversão: o primeiro usa a colônia para guiar a análise urbana; o segundo, guia a análise da colônia pela questão urbana moderna.

A obra de Petrone concentra-se na hierarquização dos lugares, regiões e, sobretudo, cidades; e das contradições e “curto-circuitos” da “alta” e “baixa” economia brasileira, bem como seus *fluxos*. O *subdesenvolvimento* atravessa o Brasil, guiado justamente por sua composição espacial e, sobretudo, *industrial*.

Nesse aspecto, é fulcral compreendermos a obra de Santos como diversa das demais expostas, não só por sua referência metodológica, mas, sobretudo, por ser fruto de uma diferente herança durante o século XX, herança essa por onde o conceito de subdesenvolvimento é chave, mais que o de colonização. A atenção que devemos ter é em que medida esses conceitos sofreram de hibridismo, na medida em que tenham encontrado pontos de contato.

Outro autor que trabalhou especialmente com o subdesenvolvimento é Lacoste, importantíssimo no movimento de renovação.

Ele é mais um que define a geografia como “descrição metodológica do espaço”. Sua herança intelectual é similar à de Santos: a de um geógrafo formado lado a lado a Pierre George, mas que se apropriou da ciência do “estado-maior” para fazer uma “recuperação da geopolítica” (Prieto e Verdi, 2017). Isto é, oferecer alternativas dentro da própria geografia ao seu caráter “neutro”, que só fazia esconder sua função real para o Estado e as empresas a partir do território. Sua compreensão *estratégica* da geografia, vinculada a uma compreensão do *subdesenvolvimento* vem, neste específico aspecto em que trabalhamos, para contribuir para integrar geografia e *crítica social*, influenciado por um marxismo muito particular, gerido na França entre os comunistas do PCF e maio de 1968. No momento, nos basta fazermos uma pequena consideração sobre sua noção de *subdesenvolvimento*. Para Prieto e Verdi(2017),

O autor partiu da crítica à diversas perspectivas de análise da situação do subdesenvolvimento, quais sejam: (i) os países subdesenvolvidos não dispõem do necessário, definido como aquilo que o conjunto da população precisa para viver, o que depende da evolução das estruturas econômicas, sociais e culturais; (ii) o subdesenvolvimento como manifestação da subprodução, ou seja, a insuficiência de forças produtivas ou de potencialidades naturais como causa do subdesenvolvimento, agravado pelo acelerado crescimento demográfico; (iii) o subdesenvolvimento como sinônimo de baixo valor do PIB per capita, ou seja, o PIB per capita serve não apenas como índice, mas como explicação da situação de subdesenvolvimento; (iv) a utilização de um recurso comparativo entre os países subdesenvolvidos e a Europa pré-industrialização, o que definiria o Terceiro Mundo como atrasado, arcaico ou tradicional; (v) a ausência de industrialização como causa principal do subdesenvolvimento, consequência da colonização, sendo esta a definição do atraso; (vi) o subdesenvolvimento como dualismo econômico e social, causado pela desarticulação entre um setor moderno e industrializado da economia e outro setor atrasado e não industrializado; e finalmente (vii) o subdesenvolvimento como resultado dos efeitos de dominação exercidos pelas potências imperialistas, que criam uma relação de exploração com os países subdesenvolvidos

Trata-se portanto de uma situação em que o “acelerado crescimento populacional” confronta a “estagnação do crescimento econômico”. Um “desajuste”, pautado na contradição entre a produção industrial e a pobreza generalizada (ou melhor, a falta de condições de distribuição e aplicação dessa renda produzida). Nota-se um vínculo forte à geografia econômica de George; que deixa sua marca não só nele mas, do outro lado do Atlântico, em Monbeig, Petrone e seus orientandos; e, até em certo ponto, em Caio Prado Júnior. A

aproximação não deve ser chocante: mesmo distantes, compartilham elementos na sua história, apesar do papel histórico de cada arcabouço teórico em suas respectivas realidades nacionais acabar assumindo funções diferentes.

Tanto Lacoste quanto Santos representam marcas de um pensamento que sedimenta a síntese entre geografia e marxismo no Brasil; não porque isso não havia antes, mas porque dá uma direção epistemológica que permite desdobrar, para a geografia, o conjunto de debates que se realizavam no âmbito da “formação social”, do “subdesenvolvimento”, da crítica à “neutralidade”, à “moralidade” e do potencial transformador e “crítico” da geografia. Trata-se da absorção de conceitos marxistas permitida até àqueles que não eram propriamente marxistas (Santos, 2008), uma “geografia radical”, representante da hegemonia que se construía em torno da *herança* e suas sínteses. Ao chegarem no Brasil, esses autores sedimentam sobretudo uma *específica* síntese entre geografia e marxismo, reforçando na *herança* esses elementos que, há muito, já existiam, sem tornar enfadonhas (e, na verdade, integrando cada vez mais) as concepções “pradianas” no pensamento geográfico do país.

Aqui, o importante é destacar a *chegada ao Brasil*. Isto porque são dois dos mais importantes autores para o movimento de renovação, na década de 1970. No que pede a importância da “herança” pradiana na geografia brasileira, o relato de Silva nos mostra que a renovação crítica teve como base a leitura de Pierre George, Milton Santos e Yves Lacoste, com destaque à atuação política da União Paulista de Estudantes de Geografia, nos anos anteriores ao III Congresso da AGB.

Para Mamigonian (2008) o desafio estava justamente em vincular os “antigos professores progressistas”, a esses novos estudantes, vinculados à UPEGE e, em outra escala, aos professores de ensino básico. Sob esses três eixos, o movimento de renovação poderia florir. A chamada “herança” paulista misturava-se a esses novos textos que chegavam, produzindo como síntese o movimento de renovação.

A aproximação de modo nenhum foi exótica. Verdi (2016) destaca como, a partir de Petrone, a obra de Pierre George era profundamente incentivada e a maioria de seus alunos utilizaram-na nos seus estudos.

Destacamos em alguma medida a diferença entre as “heranças” mas o fundamental aqui é compreender o papel que elas tiveram: o de criar uma específica relação entre a geografia e o marxismo e, a partir disso, abrir portas para a transformação nacional da geografia.

Dizemos abrir portas porque, como já pontuamos, este é o ponto de partida teórico e metodológico que, só nas suas *afinidades eletivas* pode dar frutos. As propostas teóricas, as

relações com o marxismo, são uma coisa: como essas ideias circularam e foram apropriadas pela massa de geógrafos que surgira em plena ditadura militar, em geral sob a forma de professores de geografia, é outra questão. No próximo capítulo, faremos algumas ponderações a esse aspecto.

Apontar Milton Santos aqui serve para demonstrar como a análise que fizemos limita-se a algumas considerações teóricas e, por isso, aponta caminhos, sobretudo à análise da formação social do Brasil e da formação da geografia brasileira sob sua ótica; mas em nenhum momento se pretende esgotar o tema. Não só por limite documental: na verdade, o limite documental é resultado de outra coisa: como, do ponto de vista da “herança”, ainda não conseguimos pensar o caráter nacional da geografia.

Na verdade, ao observarmos como a obra de Milton Santos foi absorvida, encontramos uma história muito mais profunda da geografia brasileira que, condicionada pela chamada “herança”, encontra nela uma base, mas não se resume a isso. Pensar a “nacionalização” da geografia brasileira exige pensar a formação de uma grande categoria profissional de professores de geografia. Mais ainda, de um complexo de professores que não fizeram grandes propostas teóricas, como Santos, e nem foram grandes líderes da renovação crítica, como Moraes e Moreira, mas deixaram marcas profundas em organizar essa bibliografia em plena ditadura militar; em fazer circular esses textos; no limite, em sedimentar uma relação entre geografia e marxismo.

A penetração do marxismo na geografia brasileira depende, no limite, não da nossa vontade, mas da de diferentes dessas categorias no decorrer da história, na consolidação dos currículos escolares e universitários, na política interna da AGB, etc.

Observa-se como, sem a ideia de herança, podemos ser levados a pensar numa história da geografia que não leve em conta todos esses elementos, seus “quadros intermediários”, e limitarmo-nos à análise daqueles mais destacados, contribuintes à “guerrilha epistemológica”. O debate das concepções e da formação social é substituído por uma divisão, na história da geografia, entre metodologias e círculos de afinidades. E não *afinidades eletivas*.

É só com a compreensão de herança que podemos entender a totalidade da relação entre geografia e marxismo, passando desde seus maiores elaboradores, àqueles que a carregaram, transformaram, o fizeram circular, transformar-se em trabalhos, artigos, monografias, edições do Boletim Paulista de Geografia, etc.

Os professores de ensino básico e a ditadura militar

Destacamos, no último capítulo, a centralidade dos professores de geografia no processo de renovação da geografia brasileira, na década de 1970. Nesse subcapítulo, escrevemos um pouco sob este aspecto, vinculando estes ao arcabouço teórico produzido anteriormente.

Os professores de ensino básico e os estudantes foram aqueles que massificaram, em 1978, o III ENG e pressionaram para as reformas da AGB que marcam a história brasileira (Scarim, 2008; Antunes, Sousa Neto, 2008). Não quer dizer que tenham sido eles os “mais marxistas”, “mais radicais” ou símiles, mas simplesmente que compuseram a massa de um movimento “basicamente espontâneo” (Pereira, 2008). Para nós, nos interessam na medida em que são esses decisivos agentes da nacionalização da geografia.

Centramos nossa análise pelos professores, porque seu debate historicamente resultou em polêmicas que, no limite, diziam respeito à *definição* de uma “geografia crítica”: essa “frente ética” (Moraes, 1981), antes um movimento, que concerne sobretudo à análise política e histórica, do que uma forma sistemática de ver o mundo (Santos, 2008). Sua posição, aparentemente, ficou pouco certa numa historiografia acostumada a pensar os “grandes teóricos” e não seus “quadros intermediários”, regionais, agentes diversos que definiram o futuro da ciência geográfica.

Vesentini (2009) foi que buscou caracterizá-los como uma base do movimento de geógrafos entre 1970 e 1980. Não só porque foram uma massa gigantesca, que culminou também nos *Fala, professor*, mas sobretudo porque esses docentes de ensino básico que apareceram com a demanda da elaboração de uma geografia “crítica”, de veia marxista.

Pedrosa (2015) polemiza com essa questão “delirante”. Se é verdade que esses professores aderiram e demandaram uma “nova geografia”, isso não se fez à mercê dos professores antigos, acadêmicos e estudantes, mas lado a lado com eles, incluindo diálogos e trocas.

Nossa argumentação vai no sentido de, reconhecido o vínculo entre estudantes, docentes universitários e professores no processo de renovação da disciplina, podemos fazer a questão: qual a natureza desse vínculo? Quais as particularidades de cada grupo envolvido? Como isso determina as continuidades e rupturas de certas tendências na elaboração de uma “nova geografia”? Trata-se de uma pesquisa que deve ser feita com calma e com um rigor documental que foge ao escopo deste trabalho, que antes se propõe a fazer uma proposta metodológica de estudos para o século XX da geografia, a partir da *herança* e da figura de

Pasquale Petrone. Mas podemos utilizar do que foi escrito até aqui para fazer algumas indicações. A marca histórica que une esses grupos é, antes de tudo, o golpe militar de 1964 e sua *modernização conservadora*.

No longo século XX brasileiro, os efeitos da abolição da escravidão se fizeram sentir com intensidade. O país industrializou-se; seu estado tornou-se plenamente um estado capitalista, de um país de capitalismo concorrencial. As lutas operárias, unidas à imigração, surgiram do país todo. As classes burguesas, como narra o professor Florestan Fernandes (2000), formadas a partir dos estratos superiores da sociedade colonial, abdicaram da possibilidade histórica de integrar o povo numa revolução democrática e nacional. O movimento político das classes populares surgiu sob dura repressão, apesar do desenvolvimento capitalista, muito diferentemente do clássico desenvolvimento europeu ou francês.

O golpe militar de 1964 marca o momento em que esse rápido desenvolvimento chegou a um impasse: ou as classes dominantes embarcavam na luta por reformas vitais; ou associavam-se às potências imperialistas e permitiam ao país uma forma de desenvolver-se sem romper com a dependência (Dreifuss, 1981). O Estado brasileiro, na esteira dessa última opção, levou a cabo, dentro de si e na sociedade como um todo, uma verdadeira *modernização conservadora*: modernizou-se as estruturas produtivas, científicas e tecnológicas reduzindo o espaço político de manifestação das classes populares, e se cristalizando numa autocracia burguesa (Fernandes, 2000). Para isso, absorveu todas as funções repressivas exigidas pelo imperialismo (*ibid*), arrochou salários, fez uma reforma universitária “por cima” e levou à proletarização categorias profissionais que, ainda, não eram proletárias — para Ferreira Jr., este é o caso dos professores de ensino básico. A marca histórica dessas gerações de professores que se formaram no período é a da *proletarização*, que, de um lado, transformou em proletários uma categoria que era composta, fundamentalmente, pelas classes médias e filhos das elites (*ibid*); de outro, ampliou a oferta de educação básica no país, atrelando esse aumento ao Estado e, sobretudo, garantindo o domínio ideológico aos professores, combinando o controle ideológico e curricular com o econômico — baixos e estagnados salários, carreiras em ameaça, etc. As *licenciaturas curtas* que, em pouquíssimo tempo, formavam um professor, explodiram a oferta dessa mão de obra e abrindo precedentes não só para facilitar o controle ideológico mas, também, para conter o aumento salarial e os grevistas com mão de ferro.

Outra luta decisiva que tratavam à época, no caso específico dos cursos de geografia, era o caso da disciplina de *estudos sociais*, uma disciplina imposta de cima para baixo, pelo

regime militar aos professores, herdeira do período getulista, que visava retirar horas de matérias como história e geografia e consolidar o controle sobre os currículos e os docentes (Schaffer, 1987). Durante a década de 1970, os trabalhos de Adas (1975) e Vesentini (2009) tiveram um papel decisivo. Petrone orientou um doutorado sobre o tema, com o título "A contribuição da geografia para o planejamento educacional", feito pelo aluno Antônio Pedro de Souza Campos, em 1972. Na verdade, será significativo o vínculo de Petrone com os professores de ensino básico e suas pautas, motivado em parte por convencimento ideológico, em parte porque foi, por muitos anos, professor no Dante Alighieri (Petrone, 1982, 1993). Como nos revela o Boletim Paulista de Geografia nº 75 (AGB, 1998), o estudo de sua trajetória pode elucidar os vínculos estabelecidos entre a universidade, suas plenárias, assembleias e ações políticas, e os professores de ensino básico.

Os docentes, como massa organizada, que se educavam politicamente no dia a dia das salas de aula, da universidade e dos sindicatos (em 1979 a APEOESP será retomada pela Oposição Sindical, e sobe como presidente o geógrafo Gumercindo Milhomem), compunham uma reserva gigantesca de trabalhadores insatisfeitos e que disputaram a geografia. Na ocasião da luta contra os estudos sociais, a “guerrilha epistemológica” (Sousa Neto, 2007) que se realizava de modo disperso, em diferentes núcleos, na USP ou na UPEGE, pôde ganhar um encaminhamento concreto: pensar os currículos de geografia e mobilizá-los como uma ferramenta contrária à ditadura.

É por esse motivo, inclusive, que Santos (2008) deu um “giro” em sua trajetória de militância: a militância “sectária”, que tornava os estudantes “distantes” dos combatentes contrários a ditadura, só pôde conquistar as massas de geógrafos na medida em que se pretendeu militar por *dentro* da geografia, contrapondo os problemas desta à ditadura e aos seus mecanismos de controle, vendo na UPEGE e seus debates em torno de Pierre George um lugar-chave para disputar consciência. O quanto conseguiram identificar e confrontar esses mecanismos, trata-se de outro debate: mas o fato é que seguiram na linha que, anos depois, seria dita por Sousa Neto e Antunes (2007): que não se podia fazer militância estudantil sem questionar os problemas epistemológicos da disciplina em questão.

Nesse ponto de contato entre os docentes e estudantes encontra-se não só a luta contra o regime militar, mas, do lado *positivo*, a elaboração de novos currículos que sedimentassem a importância da geografia e conseguissem criticar o mundo à sua volta. Nesse caso, até certo ponto, o desenvolvimento, penetração e nacionalização da chamada “geografia crítica” estava condicionado pelos interesses sindicais, políticos, teóricos, culturais, de toda sorte, desses docentes. O quanto ela ganhou alcance e se desenvolveu; o

quanto se transformou nos caminhos e descaminhos dessa trajetória; tudo isso são elementos a se considerar. Se isso não é o único determinante, é um ponto importante para perceber as particularidades desse movimento que gerou uma forma tão particular de marxismo dentro da geografia brasileira.

Enquanto não chegaram os docentes de ensino básico, a luta dos estudantes e professores universitários encontrou limites duros. Os militares haviam trazido para dentro do Departamento de Geografia da USP figuras como Antonio Rocha Penteado, com vínculos com a ESG (Pedrosa, 2021), ou ainda Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro que, mesmo se posicionando contra o regime (Monteiro, 2010), criticou com muita dureza o processo de renovação, em muitos momentos contrapondo-se a ele. Petrone ganha nesse período o nome de “dragão da geografia” pelo professor André Roberto Martin pela sua capacidade de, de um lado, organizar assembleias e atividades (Petrone, 1998; De la Corte, 1998), ajudar seus orientandos na direção da crítica social e defender professores marxistas na posse dos seus cargos (Verdi, 2016); e, de outro, de não ser pego pela repressão. Enquanto isso, o IBGE, tomado pelos militares, exercia controle absoluto à AGB (1998)

Explode, enfim, a “renovação”, no momento em que uma *herança* bem consolidada, que produziu sínteses entre geografia, marxismo e formação social brasileira, encontrou um bloco de força consolidado capaz de causar mudanças significativas na AGB: os estudantes animados com a “abertura política” que se desenhava, e os professores de ensino básico, que amadureciam sua luta.

Se é verdade que o movimento teve um caráter especialmente explosivo ou “espontâneo”, ele só pôde sê-lo dentro dos termos do que havia se desenvolvido em experiência de luta política e organizativa, epistemológica e teórica, nos anos anteriores. Um desafio da história da geografia se apresenta aqui: por onde estudar esses estudantes da UPEGE que vincularam os “professores progressistas, estudantes e professores de ensino básico” (Mamigonian, 2008)? Como eles garantiram que, em meio à dura repressão, os trabalhos de Lacoste, Kayser, Santos e tantos outros puderam circular e ser apropriados por massas de estudantes e trabalhadores, não só em São Paulo mas em todo o Brasil? Qual o impacto dessa situação na apropriação, pelo movimento de geógrafos, destes autores? São questões decisivas para uma história da geografia que pretenda estudar não só os “grandes autores”, mas sobretudo o que chamamos aqui de “quadros intermediários”, professores e estudantes que, pela dedicação militante e esforço teórico, construíram a geografia no Brasil.

O momento particular em que esses impulsos teóricos, motivados particularmente pelos estudos sociais, ganham vazão é na elaboração dos currículos durante a *abertura*

política. Isto porque é em 1980 que o “prof. Paulo Natanael Pereira de Souza divulgou um parecer propunha a criação de licenciaturas plenas em Estudos Sociais e a transformação de História e Geografia em habilitações como OSPB e Educação Moral e Cívica” (Schaffer, 1988).

Derrotado o projeto por dura pressão da comunidade acadêmica e docente, a elaboração dos currículos fica a cargo das Coordenadorias de Estudos e Normas Pedagógicas de cada Estado; onde, em vários lugares do país, se produzem discussões acirradas entre a natureza da geografia que se propunha no pós-ditadura. Em São Paulo, a política da CENP contará com participações, diretas e indiretas, de Elza Nadai, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Pasquale Petrone, Gumercindo Milhomem, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e outros, que compunham os grupos já citados: professores de ensino básico, acadêmicos e professores progressistas; todos disputando uma geografia mais “crítica”, “humana”, capaz de apontar problemas do povo, o colonialismo, o imperialismo, etc.

No fogo do tema, não só os “renovadores” davam as caras: a disputa se deu até nos jornais, contando com um artigo à direita escrito por Demétrio Magnoli e Regina Araújo (1991) que acusavam esses currículos de “reerguer muros”, que vinham sendo derrubados com a “globalização”, após a queda do Muro de Berlim. Os currículos se tornaram campos de guerra: e, mais uma vez, todas as classes haviam de pôr suas peças. O quanto esses currículos foram postos em prática, o quanto foram apropriados, isto é outra história.

Conclusão

Na sua profundidade, este trabalho se insere na esteira de tantos outros que tem buscado reconhecer as transformações nas políticas de ciência e tecnologia no Brasil contemporâneo. A citada proposta de reforma das Diretrizes Curriculares Nacionais para geografia são apenas uma de tantos outros mecanismos jurídicos, legais e políticos que a burguesia brasileira tem alçado para se apropriar de parcelas cada vez maiores do conhecimento produzido nas universidades, sob o disfarce de “inovação” e “empreendedorismo”, refuncionalizando a universidade (Leher, 2021).

Especificamente, nos voltamos para a formação histórica de geógrafos, dos seus currículos e teses. Pensamos: considerando nossa herança marxista e “crítica” na geografia brasileira, como, a partir da história da geografia, podemos explicar os caminhos que a burguesia tem encontrado para interferir nos nossos currículos e nossa formação? Olhando

para Pasquale Petrone e para as gerações de 1940 e 1950, reconhecemos neles ao mesmo tempo objeto e método de pesquisa.

Objeto, porque são grupos cuja trajetória acadêmica segue pouco estudada. Não porque não participaram da construção da geografia contemporânea; mas porque acabamos por produzir uma geografia capaz de analisar os “grandes geógrafos” e suas revoluções epistemológicas, mas pouco as gerações “transitórias”, quadros “intermediários” e que, se não revolucionaram a episteme geográfica, foram decisivos para levantar as bases teóricas e políticas da geografia moderna no Brasil.

Método, porque a partir do estudo dessas figuras, nos fica indicado que podemos estudar a história da geografia do Brasil do ponto de vista da *luta de classes*. Isto é, levados pelas *afinidades eletivas*, de Sousa Neto (2021), podemos reconhecer como a trajetória dessas figuras e, sobretudo de Pasquale Petrone, bem como sua livre-docência os *Aldeamentos Paulistas* (1964), nos revelam tendências teóricas e políticas longas na história da geografia, que vinculam desde a institucionalização dessa ciência até o passado recente. Mais ainda, nos revelam os vínculos pelos quais se pode entender a profundidade nacional dos movimentos de renovação: os professores de ensino básico, suas contradições e embates na elaboração de novos currículos.

Os *Aldeamentos* de Petrone, vistos do ponto de vista de sua biografia e, sobretudo, da história da ciência no Brasil, nos revelam uma intensa *herança*, pautada sobretudo na obra de Caio Prado Júnior. Buscamos entender, então, os fundamentos dessa herança, a partir das indagações de Pedrosa (2015a): se a história do marxismo na geografia brasileira data não da década de 1970, mas de 1940 pelo menos, qual é a natureza real desse marxismo?

Desse ponto de vista, procurando um marxismo como *ciência*, nos seus vínculos estabelecidos com o povo e a realidade nacional em questão, a herança pradiana não se pode resumir ao “sentido da colonização”. Nos referimos a isto; mas também ao papel que assumiu na história do socialismo brasileiro; um pensamento de grande originalidade, mas pouco calcado numa revisão sistêmica da atuação das lutas do povo e dos comunistas no país; incapaz de perceber os mecanismos internos do imperialismo no Brasil e a natureza ontológica da sua burguesia (Fernandes, 1980). O que acaba por produzir um pensamento excessivamente voltado para o “comércio exterior” (Gorender, 1985) e pouco preocupada com realizar balanços de sua atuação frente à luta de classes, flertando com um programa sem “irrefutável substância socialista”, que é “perfeitamente exequível por uma burguesia nacional bastante autônoma, inteligente e criadora para combinar, em bases puramente

capitalistas, alguma sorte de *welfare state* com crescimento econômico acelerado” (Fernandes, 1980). Burguesia essa inexistente no Brasil.

Não só isso, mas um debate centrado na questão das *permanências territoriais* entre os aldeamentos paulistas e a metropolização de São Paulo. Neste aspecto, destaca-se o caráter periférico da formação Brasileira, onde se sobrepõe, numa *longa duração* (em rico sentido braudeliano), colônia e metrópole. A modernidade é destacada pelo seu lugar negativo, isto é, produtor de relações de trabalho não necessariamente operárias, mas vinculadas às grandes massas urbanas e desempregadas, à margem da vida na cidade.

Buscamos demonstrar ainda como diferentes obras, com diferentes estatutos epistemológicos e teóricos, inclusive contraditórios, acabaram por abraçar, em lugares diferentes, essa mesma *herança*. Mais do que isso, que esses autores realizaram sínteses entre a geografia (sobretudo econômica de base francesa) e esse específico marxismo, muitas vezes distanciando-se do debate de formação social na medida em que este, cada vez mais, se cristaliza no interior da geografia brasileira. Na verdade, uma específica compreensão sobre a formação social.

A noção de *herança*, profundamente calcada nas *afinidades eletivas*, contrapõe-se à de um “paradigma” da formação social brasileira, na medida em que analisa as obras não por um “boom” de produções monotemáticas, mas pelo constante trabalho intelectual de entender os fundamentos de um país tão particular: de capitalismo *dependente* e associado, permanentemente tutelado pelo imperialismo.

Quanto a Petrone e às gerações formadas em 1940 e 1950, seu estudo não se mostra só atual, mas importante, na medida em que permite revelar uma geografia pensada a partir dos “quadros intermediários”, “transitórios”, além de professores de geografia e da longa relação entre geografia e marxismo no Brasil. Com eles, questões do tipo surgem: qual o impacto de ter-se elaborado uma geografia “renovada” em plena ditadura militar? Quais caminhos a burguesia brasileira, em sua “modernização conservadora”, alcançou na sua transformação da universidade brasileira? Como a geografia brasileira pode pensar as transformações de seu currículo e profissionalização deste a ditadura? Afinal, como reintroduzir o debate estratégico, sobre formação social brasileira, dentro da geografia?

Para pensar uma história da geografia no Brasil, consideramos primordial pôr a limpo a relação da ciência geográfica com o marxismo. Defendemos que o debate da formação social deve ser feito na medida em que não reduza o marxismo a um “método” ou abordagem, mas que guie a geografia, seus departamentos, centros acadêmicos e demais entidades, na sua atuação junto ao povo e a seus interesses revolucionários, à elevação das

suas condições concretas de vida. Nesse caso, é a geografia que acaba sendo guiada por uma correta apropriação do marxismo, não o oposto.

Quanto à historiografia, reconhecemos que é só em cima desse escopo que podemos recuperar as trajetórias dos tantos geógrafos que, se não foram gigantescos filósofos, contribuíram à sua forma para a história dessa ciência. Entre os professores, estudantes e trabalhadores de todo o país é que se encontra a geografia que existe *de fato*. A tarefa dos geógrafos comprometidos com a luta dos povos é ir de encontro a ela.

Bibliografia

ADAS, Melhem. Estudos de Geografia do Brasil. Editora Moderna. São Paulo, 1976.

ANTUNES, Charlles da França; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. OS ESTUDANTES, A ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB) E O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO CRÍTICA DA GEOGRAFIA BRASILEIRA. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 88, p. 73–88, 2017. Disponível em:

<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/782>. Acesso em: 14 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Boletim Paulista de Geografia, nº 75, 1998.

BARBOSA, Geraldo Pereira. A herança e a esperança: as posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes e a revitalização e organização da luta pelo socialismo. 1994. Disponível em: <https://acoluna.org/wp-content/uploads/2019/08/1994-A-HERAN%C3%87A-E-A-ESPERA-N%C3%87A.pdf>.

BERDOULAY, Vincent. A ABORDAGEM CONTEXTUAL. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 16, 2013. DOI: 10.12957/espacoecultura.2003.7763. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/7763>. Acesso em: 14 out. 2025.

BLAJ, Ilana. RESENHA: O ÍNDIO E O DESENVOLVIMENTO DE SÃO PAULO. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 75, p. 65–78, 2017. Disponível em:
<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/861>. Acesso em: 14 out. 2025.

CAMPOS, Antonio Pedro de Souza. **A contribuição da Geografia ao planejamento educacional**. 1972. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
doi:10.11606/T.8.1972.tde-27092021-172230. Acesso em: 2025-10-15.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A trajetória intelectual de Sandra Lencioni. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 3, p. 412–414, 2016. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.126426. Disponível em:
<https://revistas.usp.br/geousp/article/view/126426>. Acesso em: 14 out. 2025.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Usos e abusos da categoria território. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 17, n. 32, p. 7–21, 2021. DOI: 10.5418/ra2021.v17i32.13582. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/13582>. Acesso em: 14 out. 2025.

CORTE, Nelson de La Corte. DEPOIMENTO: NELSON DE LA CORTE. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 75, p. 21–26, 2017. Disponível em:
<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/856>. Acesso em: 14 out. 2025.

DAMIANI, Amélia Luisa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. **Terra Livre**, [S. l.], n. 15, p. 21–38, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2000.359.
Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/359>. Acesso em: 15 out. 2025.

DAMIANI, Amélia Luisa. RELATO: A EXCURSÃO PARA OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS, SOB A COORDENAÇÃO DO PROF. PASQUALE PETRONE (3 DE DEZEMBRO DE 1994). **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 75, p. 79–82, 2017.
Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/862>. Acesso em: 15 out. 2025.

DEL ROIO, Marcos. Os prismas de Gramsci. Boitempo Editorial. São Paulo, 2005.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe. Editora Vozes. Petrópolis, 1981.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Brasileira in: FERNANDES, Florestan. Brasil: em compasso de espera. Editora Hucitec. São Paulo, 1980.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Editora Contracorrente, 6^a Edição. São Paulo, 2020.

FERREIRA, JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A proletarização dos professores e a ditadura militar. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. Editora Expressão Popular, 6^a edição. São Paulo, 2016.

HILL, Christopher. Lênin e a Revolução Russa. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HOBSBAWM, Eric. Tempos interessantes: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACOSTE, Yves. A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Editora Papirus. 1988.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: Future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. Educação & Sociedade, n. 42, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TSQSX7dwJVVGyYW8bVFmWYm/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

LEMOS, Amalia Ines Geraiges de. PASQUALE PETRONE: MESTRE DA DOCÊNCIA E DA PESQUISA. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, p. 230–253, 2012. DOI: 10.7154/RDG.2012.0112.0012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/53850..> Acesso em: 14 out. 2025.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. A que herança renunciamos. Obras Escolhidas em Três Tomos, 1977, Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso - Moscovo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1897/heranca/index.htm>. Acesso em: 14 out. 2025.

LIRA, Larissa Alves de. Geo-história dos saberes. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 98, p. 96–110, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1076>. Acesso em: 14 out. 2025.

LIRA, Larissa Alves de. O mediterrâneo de Vidal de la Blache. Editora Alameda. 2021.

LUKÁCS, Georgy. A destruição da razão. Instituto Lukács, 1ª edição. São Paulo, 2020.

MACHADO, Thiago Adriano; DANIELLE ALVES DA COSTA, Jaedna; SILVA SANTOS, Maria Fernanda. O "PARADIGMA DA FORMAÇÃO" E A GEOGRAFIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS À INTERPRETAÇÃO DO BRASIL. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 62, p. 154–192, 2024. DOI: 10.62516/terra_livre.2024.3481. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3481>. Acesso em: 14 out. 2025.

MAMIGONIAN, Armen. ENTREVISTA: ARMEN MAMIGONIAN. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 88, p. 27–30, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/779>. Acesso em: 14 out. 2025.

DI MAURO, Claudio Antonio. Aziz Nacib Ab'Saber: um ser político in: CLAUDINO-SALES e MENDONÇA (org), Aziz Nacib Ab'Saber: Ciência, meio ambiente e cidadania (uma homenagem ao mestre!). Editora CRV, 2024.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro: um geógrafo literário. Entrevistador: FIORAVANTI, Carlos. Pesquisa Fapesp, nº 171. 2010. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/carlos-augusto-de-figueiredo-monteiro-o-geografo-literario>. Acesso em: 15 out. 2025.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia. Editora Annablume. 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 19 ed. São Paulo: Annablume, 2005a

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005b.

NOGUEIRA, Carlo Eugenio. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
doi:10.11606/T.8.2013.tde-11042014-120515. Acesso em: 2025-10-15.

OLIVEIRA, Cecília Brancher de. A modernização conservadora do ensino superior brasileiro até 1968: gênese e desenvolvimento. 2023. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/D.8.2023.tde-23052023-101016. Acesso em: 2025-10-14.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Crítica ao Estado isolado de Von Thunen.

PEDROSA, Breno Viotto. A controvérsia da Geografia Crítica no Brasil, partes I e II. Revista Geosul, v.30, n° 59, 2015.

PEDROSA, Breno Viotto. ENTRE GEÓGRAFOS E ECONOMISTAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLARIZAÇÃO E OS POLOS DE DESENVOLVIMENTO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL. Formação (Online), [S. l.], v. 28, n. 53, 2021. DOI: 10.33081/formacao.v28i53.7994. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/7994>. Acesso em: 15 out. 2025.

PEREIRA, Diamantino Alves Correia. A AGB, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A GEOGRAFIA: UPEGE, AGB E MOVIMENTO ESTUDANTIL NO FINAL DA DÉCADA DE 70. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 88, p. 89–96, 2017. Disponível em:
<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/783>. Acesso em: 14 out. 2025.

PETRONE, Pasquale. Aldeamentos Paulistas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 1995.

PETRONE, Pasquale. ANOTAÇÕES SOBRE O DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, Brasil, v. 1, p. 7–19, [1982]2011. DOI: [10.7154/RDG.1982.0001.0001](https://doi.org/10.7154/RDG.1982.0001.0001). Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/47064>. Acesso em: 14 out. 2025.

PETRONE, Pasquale. DEPOIMENTO: PASQUALE PETRONE. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 75, p. 45–64, [1998] 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/860>. Acesso em: 14 out. 2025.

PETRONE, Pasquale. Entrevista [nov. 1981]. Entrevistadores: Liliana Laganá Fernandes, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Nelson de La Corte, Ernani Silva Bruno. São Paulo - Museu da Imagem e Som, 1981. 3 CDs.

PETRONE, Pasquale. Entrevistas com o professor Pasquale Petrone. Entrevistadores: MAMIGONIAN, Armen; ZEFERINO, Augusto César, MACHADO, Ewerton; BUSS, Maria Dolores; PEREIRA, Raquel Maria do Amaral Fontes. Revista GeoSUL, v. 8, n. 15. 1993.

PETRONE, Pasquale. O homem paulista. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 23, p. 38–76, [1956] 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1300>. Acesso em: 15 out. 2025.

PETRONE, Pasquale. A propósito da cultura do abacaxi em Brodósqui. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 22, p. 98–104, [1956] 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1306>. Acesso em: 15 out. 2025.

PETRONE, Pasquale. As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 14, p. 26–37, [1953] 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1347>. Acesso em: 15 out. 2025.

PETRONE, Pasquale. África: quadro político atual. 1965.

PETRONE, Pasquale. Anotações para um estudo da cidade de Santos. 1949.

PETRONE, Pasquale. Anotações sobre o departamento de geografia. 1982.

PETRONE, Pasquale. Breve estudo sobre o sítio urbano de São Paulo. 1948.

PETRONE, Pasquale. Entrevista. Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/gszwHQ7p3DxnWPRj8dWKxg/?format=pdf&lang=pt> 1994.

Acesso em: 15 out. 2025.

PETRONE, Pasquale. Geografia humana. in: FERRI, Mário Guimarães e MOTOYAMA, Shozo: História das ciências no Brasil. Edusp. São Paulo, 1979.

PETRONE, Pasquale. Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil. 1960.

PETRONE, Pasquale. O ensino da geografia nos últimos 50 anos. 1993.

PETRONE, Pasquale. O problema Rodesiano. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 44, p. 39–62, 2017. Disponível em:

<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1178>. Acesso em: 15 out. 2025.

PETRONE, Pasquale. Povoamento e caminhos no século XVIII e primeira metade do século XIX. 1965.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira in: PRADO JÚNIOR e FERNANDES. Clássicos sobre a revolução brasileira. Editora Expressão Popular (2000).

PRADO JÚNIOR, Caio. O estruturalismo de Lévi-Strauss / O marxismo de Louis Althusser. Editora Brasiliense. São Paulo, 1971.

PRESTES, Anita Leocádia. A que herança devem os comunistas renunciar? In: Rolim (org.), Herança, esperança e comunismo - Luiz Carlos Prestes e o movimento comunista brasileiro. Lutas Anticapital, 2020.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A problemática da formação nacional: da gênese aos fundamentos da propriedade privada. In: CARLOS, Ana Fani; SANTOS, César Ricardo Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.), Geografia urbana crítica: teoria e método. Editora Contexto. 2018.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira; VERDI, Elisa Favaro. Jean Dresch, a atualidade de um geógrafo anti-colonialista. *Finisterra*, [S. l.], v. 52, n. 105, 2017. DOI: 10.18055/Finis7743. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/7743>. Acesso em: 15 out. 2025.

SANTOS, Douglas. ENTREVISTA: DOUGLAS SANTOS. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 88, p. 31–40, 2017. Disponível em:
<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/780>. Acesso em: 15 out. 2025.

SANTOS, Milton. Ensaios sobre a urbanização latino-americana. Editora Edusp. 2017.

SANTOS, Milton. O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana. Editora Edusp. 2023.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 54, p. 81_100, [1977] 2017. Disponível em:
<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em: 15 out. 2025.

SCARIM, Paulo César. Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. 2000. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Os Estudos Sociais Ocupam Novamente o Espaço... da Discussão. Terra Livre, [S. l.], n. 4, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.1988.64. Disponível em:
<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/64>. Acesso em: 15 out. 2025.

SECCO, Lincoln. A Revolução Brasileira - comentário sobre o livro de Caio Prado Júnior. A Terra é redonda, 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-revolucao-brasileira/>. Acesso em: 14 out. 2020.

SILVA, Armando Corrêa da. **O litoral Norte do Estado de São Paulo**: formação de região periférica. 1975. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.
doi:10.11606/T.8.1975.tde-20250521-142153. Acesso em: 2025-10-15.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 1, p. e-173953, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.173953. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/173953>. Acesso em: 14 out. 2025.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. Prefácio. In: Geografia: Pequena História Crítica. 9 ed. São Paulo: Annablume, 2005a

VERDI, Elisa Favaro. A geografia ativa: um legado crítico para a geografia brasileira. Revista Terra Brasilis, n. 13, 2020. Disponível em:
<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/6312#article-6312>.

VERDI, Elisa Favaro. Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
doi:10.11606/D.8.2016.tde-08042016-123008. Acesso em: 2025-10-14.

VESENTINI, José William. “Geografia crítica no Brasil: uma interpretação depoente” in Ensaios de geografia crítica. São Paulo: Plêiade, 2009

VOIGT, Mateus Engel. O mundo desarticulado: o problema da totalidade na geografia de Pierre George. 2023. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2023.

